

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – Reunião de Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
1.2 – Comissões

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

2.1 – Plenário
2.2 – Comissão

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

5 – PRONUNCIAMENTOS

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 – ERRATAS



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA EM 31/10/2019

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

Antonio Carlos Arantes – André Quintão – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Bruno Engler – Cássio Soares – Celinho Sintrocetel – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – João Leite – Leandro Genaro – Mário Henrique Caixa – Professor Irineu – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14 horas e 15 minutos, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 4 de novembro, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/10/2019

Às 9h9min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e o deputado Marquinho Lemos, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Zé Reis. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica também o

recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Bilac Pinto, secretário de Estado de Governo (10/10/2019); e Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo (11/10/2019). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.755/2019, do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a atuação do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – Ocemg – no desenvolvimento dos municípios mineiros;

nº 4.801/2019, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Maria Angélica Rodrigues Nunes;

nº 4.847/2019, do deputado Osvaldo Lopes, em que requer seja realizada audiência pública para debater a possibilidade de fechamento do aeroporto do Carlos Prates, localizado em Belo Horizonte;

nº 4.877/2019, das deputadas Ione Pinheiro e Rosângela Reis, em que requerem seja encaminhado à diretoria da Google Brasil pedido de informações consubstanciadas em explicações sobre o porquê desse *website* de busca e pesquisa publicar gravíssima ofensa às mulheres professoras ao descrever o significado da palavra professora, solicitando também que a empresa proceda a uma retratação pública amplamente divulgada;

nº 4.879/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações consubstanciadas em relatório com o cronograma da efetivação de ligações ou de restabelecimento do fornecimento de energia elétrica nos poços artesianos utilizados para abastecimento público das regiões Norte de Minas, Jequitinhonha e Nordeste de Minas, que estejam com atendimento pendente nessa empresa;

nº 4.908/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que viabilize o aumento do valor da bolsa moradia pago às famílias desassentadas em função das obras no Córrego do Ferrugem, em Contagem, que permanece inalterado desde que as famílias tiveram que deixar suas moradias há quase 10 anos;

nº 4.909/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o andamento das obras no Córrego do Ferrugem e no Riacho das Pedras, em Contagem, e os entraves atuais e futuros já previstos que possam impedir a sua conclusão;

nº 4.910/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Marquinho Lemos, em que requerem seja enviado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre os critérios utilizados pela secretaria para estabelecer as prioridades apresentadas no catálogo de obras lançado pelo governo do Estado e o porquê de existirem poucas delas destinada à região Norte de Minas em relação às demais regiões, mesmo que haja ali uma grande quantidade de obras importantes paralisadas ou a ser iniciadas;

nº 4.911/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Marquinho Lemos, em que requerem seja realizada audiência pública, com a participação do secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e do diretor-presidente da Fundação Renova, para a apresentação e a definição dos empreendimentos a serem financiados pela fundação a título de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem da Samarco, entre os quais a pavimentação da Rodovia LMG-760 e a revitalização do Parque Estadual do Rio Doce;

nº 4.912/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que priorize a execução das obras do Parque Estadual Fernão Dias, em Contagem, que poderão ser realizadas inclusive por meio de emendas parlamentares;

nº 4.913/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que inclua o governo federal como possível parceiro para a execução das obras priorizadas no Catálogo de Obras;

nº 4.914/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações sobre a previsão de investimentos necessários para a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios atendidos por essa companhia nas regiões Norte e Jequitinhonha;

nº 4.915/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que desenvolva estudos para a extensão da rede de gasodutos da Gasmig até o Município de Governador Valadares;

nº 4.919/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que reative o programa Campos de Luz ou similar;

nº 4.922/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que parte do lucro apurado seja destinado aos investimentos necessários para cumprimento das metas de universalização, tendo em vista que todo o lucro apurado no exercício de 2017, no valor aproximado de R\$ 550 milhões, foi integralmente distribuído como dividendos aos acionistas;

nº 4.924/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações consubstanciadas no estudo elaborado pela companhia que prevê os impactos da eventual aprovação, na forma como se encontra hoje, do Projeto de Lei Federal nº 3.189, de 2019, que estabelece o novo marco legal do saneamento, na hipótese de a Copasa não vencer a licitação para renovação dos contratos com os municípios em que opera os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;

nº 4.925/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações consubstanciadas na descrição das ações que estão sendo planejadas para minimizar os problemas de suprimento de água em Montes Claros e demais municípios no entorno, especificando o projeto de construção de adutora – Adutora Ibiaí – para captar água diretamente do Rio São Francisco;

nº 4.926/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações consubstanciadas em relatório que contenha descrição dos valores, beneficiários e projetos de cultura executados nos últimos quatro anos, incluído o exercício atual;

nº 5.063/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que desenvolva ações que elevem o nível de *compliance* da empresa, especialmente em relação aos tratamento dispensado aos seus consumidores;

nº 5.064/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações consubstanciadas em cronograma de investimentos necessários para a complementação do serviço de esgotamento sanitário dos Municípios de Coronel

Fabriciano e Timóteo, uma vez que a estação de tratamento de esgotos, recentemente construída pela Copasa, atende a apenas 43% da população de Coronel Fabriciano e 77% da população de Timóteo;

nº 5.065/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para, em articulação com as Prefeituras Municipais de Resplendor e Itueta, com a Fundação Renova e com a Cipe Rio Doce, unificar forças com vistas à mitigação dos impactos causados no abastecimento de água dos municípios atingidos pela lama da barragem da Samarco, em especial para a viabilização de investimentos na melhoria das estações de tratamento de água dos referidos municípios;

nº 5.066/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que, em articulação com as Prefeituras Municipais de Resplendor e Itueta, com a Fundação Renova e com a Cipe Rio Doce, busque soluções para a reparação dos impactos relativos à recuperação do Rio Doce e à necessidade de investimento nas estações de tratamento de água dos referidos municípios;

nº 5.067/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que, em articulação com a Prefeitura Municipal de Resplendor e com a Fundação Renova, busque alternativas para solucionar o abastecimento de água desse município, uma vez que a população rejeita o Rio Doce como manancial e, por isso, o município vem sendo abastecido por meio de caminhões-pipa, que fazem cerca de 30 viagens por dia para levar a água captada no Rio Manhuaçu para tratamento no município;

nº 5.068/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – e ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que seja desenvolvida solução para remoção e reassentamento das famílias alojadas/residentes em faixas de servidão de linhas de transmissão;

nº 5.069/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor – pedido de informações sobre a previsão de investimentos necessários para universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios atendidos por essa companhia nas regiões Norte e Jequitinhonha;

nº 5.070/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que, por meio de sua empresa subsidiária, já criada, mas ainda não implantada, desenvolva parcerias com a iniciativa privada de forma a captar recursos para investimentos;

nº 5.071/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que cumpra os compromissos assumidos e não cumpridos com a Prefeitura de Sarzedo;

nº 5.204/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja audiência pública para debater a possibilidade de fechamento do aeroporto do Carlos Prates, localizado em Belo Horizonte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2019.

Rosângela Reis, presidente – Marília Campos – Professor Irineu.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/10/2019

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antonio Carlos Arantes, Celinho Sintrocel, Zé Reis e Coronel Sandro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as condições de atendimento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu – no Estado. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Ricardo Augusto Simões Campos, diretor de operação norte da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (3/10/2019), e Otto Alexandre Levy Reis, secretário de Planejamento e Gestão (4/10/2019). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.582, 4.583, 4.683, 4.700, 4.737, 4.741, 4.742 e 4.743/2019. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.883/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para agilizar o cumprimento da Lei nº 23.137, de 2018, que dispõe sobre o pagamento de indenização aos filhos segregados de pais com hanseníase submetidos à política de isolamento compulsório em Minas Gerais;

nº 4.884/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para o pagamento dos incentivos financeiros, previstos em resoluções, destinados aos povos indígenas do campo e da floresta;

nº 4.885/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para destinação às ações da atenção básica dos recursos necessários à consolidação desse nível de atenção, tendo em vista que no relatório de gestão apresentado pela SES as ações de fortalecimento da atenção primária à saúde apresentam execuções muito baixas;

nº 4.886/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para o envio do Relatório Quadrimestral de Gestão do SUS ao Conselho Estadual de Saúde para avaliação antes da audiência de prestação de contas do gestor do SUS na ALMG, de forma a garantir a transparência e a visibilidade da gestão da saúde;

nº 4.887/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o encaminhamento da demanda de urgência e emergência do Hospital Alberto Cavalcanti, tendo em vista que o hospital parou de realizar esse tipo de atendimento para tornar-se referência no atendimento em oncologia;

nº 4.888/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o posicionamento dessa secretaria em relação à resolução do Conselho Estadual de Saúde que refuta a adoção do modelo de gestão por organizações sociais para a Fhemig;

nº 4.890/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as ações de vigilância epidemiológica que são realizadas nas unidades prisionais localizadas no Estado;

nº 4.891/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as ações de saúde voltadas à população indígena, compreendendo a data em que os repasses financeiros aos municípios foram retomados e o prazo para que sejam regularizados, os municípios que têm a atenção à saúde indígena implementada, se a imunização contra o sarampo está sendo realizada nas aldeias e quais ações estão sendo realizadas para reduzir a mortalidade infantil nessa população;

nº 4.892/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a previsão de pagamento dos hospitais filantrópicos e demais hospitais credenciados e conveniados com o SUS;

nº 4.893/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as unidades de saúde com obras inacabadas no Estado, consubstanciadas no número de unidades de saúde e de hospitais com obras inacabadas, na identificação das UBS's que terão suas obras liberadas para conclusão em 2019 e na especificação de quais dessas unidades com obras inacabadas são realmente necessárias para compor a rede pública de saúde;

nº 4.895/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a oferta de medicamentos nas unidades prisionais do Estado, especialmente os que compõem o esquema da terapia antirretroviral destinados ao tratamento de pessoas com HIV;

nº 4.896/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações consubstanciadas nas ações que serão desenvolvidas para ampliar o acesso aos exames para diagnóstico de câncer no Estado e para reduzir o tempo de espera para sua realização;

nº 4.897/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre quais ações têm sido desenvolvidas para melhorar as condições de acesso e de atendimento das mulheres negras no SUS, tendo em vista que essa população sofre discriminação nos vários níveis de atenção à saúde;

nº 4.898/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as ações dessa pasta para monitorar a presença de agrotóxicos em alimentos destinados ao consumo humano;

nº 4.899/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os critérios que estão sendo usados para definir a conformação de um Samu único no leste do Estado;

nº 4.900/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o cronograma de implantação do serviço ambulatorial de atenção especializada no processo transexualizador em Juiz de Fora;

nº 4.901/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as condições de saúde da população carcerária do Estado, consubstanciadas no número e no perfil de pessoas com alguma doença nessa população e nas doenças mais prevalentes;

nº 4.902/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a imunização contra o sarampo na Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 4.903/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Saúde e de Defesa dos Direitos da Mulher para que a Secretaria de Estado de Saúde apresente à ALMG a nova conformação das redes de atenção à saúde proposta pela pasta por meio do Projeto Saúde em Rede, principalmente no que se refere à rede de atenção à saúde da mulher e da criança;

nº 4.904/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Saúde e de Defesa dos Direitos da Mulher da ALMG para discutir novamente com a sociedade a proposta de cessão da administração dos hospitais da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – para Organizações Sociais – OS;

nº 4.905/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que seja agilizado o processo de retomada das obras de expansão do Hospital Júlia Kubitschek;

nº 4.906/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que os recursos transferidos pela União, por meio de convênios, para execução em políticas públicas de saúde sejam utilizados na sua integralidade no prazo estabelecido pelo convênio;

nº 4.907/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que seja garantida a participação dos possíveis beneficiários no processo de concessão das indenizações de que trata a Lei nº 23.137, de 2018, que dispõe sobre o pagamento de indenização aos filhos segregados de pais com hanseníase submetidos à política de isolamento compulsório em Minas Gerais;

nº 4.916/2019, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que seja autorizada a liberação de recursos no valor de R\$ 34.168.707,25 referentes à dívida do Estado com os consórcios intermunicipais de urgência e emergência;

nº 4.923/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, em que requerem seja realizada visita à Secretaria de Estado de Saúde para debater, com a presença dos presidentes e secretários executivos de todos os consórcios existentes nas macrorregiões do Estado e de representantes do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais – Sind-Saúde-MG –, os problemas relativos aos consórcios regionais de saúde para o gerenciamento da rede de urgência e emergência.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Karina Rocha de Oliveira Taranto, superintendente de Redes de Atenção à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Monique Fernanda Félix Ferreira, diretora de Políticas e Gestão Hospitalar da Rede de Urgência e Emergência, Ormesinda Maria Barbosa Salgado, secretária executiva do Cisru – Rede de Urgência Centro Sul, Elaine Guedes, secretária executiva da Cisnorge, Núbia Roberta Dias, diretora do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais – Sind-Saúde-MG –, Sinara Rafaela Campos, prefeita municipal de Santa Cruz de Minas, também representando o prefeito Municipal de São Tiago, e os Srs. Nicodemus de Arimathéa e Silva Júnior, subsecretário de Regulação do Acesso a Serviços e Insumos de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde, representando o secretário, Honório de Oliveira, prefeito municipal de Bicas, Jovane Ernesto Constantini, secretário executivo do Cissul, representando o prefeito municipal de Andradas, Denys Arantes Carvalho, secretário executivo do Cisdeste, Narcélio Alves Costa, presidente do Colegiado dos Secretários Executivos dos Consórcios Intermunicipais de Saúde de Minas Gerais – Cosecs-MG –, e Dárcio Abud Lemos, gerente administrativo do Cis-Urg Oeste, representando o prefeito municipal de Carmo do Cajuru. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2019.

Carlos Pimenta, presidente.

**ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/10/2019**

Às 13h33min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Bruno Engler, Charles Santos, Guilherme da Cunha e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Zé Reis, por indicação da liderança do BLP), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei Complementar nº 67/2019 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva aprovado pela comissão. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.205/2019 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva), tendo sido rejeitada a Proposta de Emenda nº 1, apresentada pelo deputado Zé Reis. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação e aprovados os seguintes Requerimentos:

nº 4.938/2019, da deputada Celise Laviola e dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Charles Santos, Zé Reis, Bruno Engler e Guilherme da Cunha, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre as metas para ampliação de investimentos na estrutura física das escolas estaduais e sobre a previsão do governo para a realização de novos investimentos no programa Mãos à Obra, tendo em vista que há muitas escolas do interior que necessitam de reformas estruturais;

nº 4.939/2019, da deputada Celise Laviola e dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Charles Santos, Zé Reis, Bruno Engler e Guilherme da Cunha, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre a atuação da Segov para atrair empresários e investimentos para o Estado, especialmente no que diz respeito à criação de ambiente seguro para tais investimentos;

nº 4.940/2019, da deputada Celise Laviola e dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Charles Santos, Zé Reis, Bruno Engler e Guilherme da Cunha, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para a elaboração de estudo sobre a viabilidade de aumento da tributação de produtos supérfluos como alternativa para arrecadação de receitas para o enfrentamento da crise financeira do Estado e para a execução de políticas públicas;

nº 4.941/2019, da deputada Celise Laviola e dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Charles Santos, Zé Reis, Bruno Engler e Guilherme da Cunha, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre a previsão de investimentos em infraestrutura e na expansão do desenvolvimento da economia nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri;

nº 4.942/2019, da deputada Celise Laviola e dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Charles Santos, Zé Reis, Bruno Engler e Guilherme da Cunha, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre as medidas que serão adotadas para o equacionamento do déficit fiscal e para o reequilíbrio das contas públicas no campo previdenciário.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente – Bruno Engler – Guilherme da Cunha – Zé Reis – Charles Santos.

**ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/10/2019**

Às 14h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Guilherme da Cunha, Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BMTH) e Zé Reis (substituindo o deputado Repórter Rafael Martins, por indicação da liderança do BLP), membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Celise Laviola. Havendo número regimental, o presidente, deputado Guilherme da Cunha, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.180/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.927/2019, dos deputados Guilherme da Cunha, Dalmo Ribeiro Silva e Zé Reis, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que seja desenvolvida e regulamentada, por meio de resolução normativa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, metodologia de medição de resultados de programas de produção de água, com o objetivo de avaliar eventuais condicionantes estabelecidas em processos de licenciamento ambiental;

nº 4.928/2019, dos deputados Guilherme da Cunha, Dalmo Ribeiro Silva e Zé Reis, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que seja considerada a possibilidade de, no processo de licenciamento ambiental da Mineradora Sul Americana de Metais – SAM – e dos demais empreendimentos minerários no Estado, estabelecer a obrigação de implementação de programas de produção de água nas bacias hidrográficas afetadas (inclusive por mineroduto, se houver), preferencialmente com metas superiores à demanda estimada máxima prevista para cada empreendimento;

nº 4.929/2019, dos deputados Guilherme da Cunha, Dalmo Ribeiro Silva e Zé Reis, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para elaboração e implementação do plano de estímulo ao desenvolvimento da cadeia de industrialização do lítio no Vale do Jequitinhonha;

nº 4.931/2019, dos deputados Guilherme da Cunha, Dalmo Ribeiro Silva e Zé Reis, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que sejam estabelecidos critérios para tratamento diferenciado das mineradoras que possuam barragem construídas pelo método de alteamento a montante e que aleguem motivações técnicas para o não cumprimento do prazo estabelecido na Lei nº 23.291, de 2019, para a descaracterização das estruturas;

nº 4.932/2019, dos deputados Guilherme da Cunha, Dalmo Ribeiro Silva e Zé Reis, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – e à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que seja desenvolvido plano estratégico de identificação de cenários e alternativas para a manutenção das concessões das usinas hidrelétricas, que estão sob perspectiva de vencimento nos próximos anos;

nº 4.934/2019, dos deputados Guilherme da Cunha, Dalmo Ribeiro Silva e Zé Reis, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para regulamentação da Lei nº 23.291, de 2019, que institui a política estadual de segurança de barragens;

nº 4.936/2019, dos deputados Guilherme da Cunha, Dalmo Ribeiro Silva e Zé Reis, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que se agilize a elaboração do Plano Estadual de Mineração, garantindo-se a participação da sociedade civil.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2019.

João Vítor Xavier, presidente – Ulysses Gomes – Leonídio Bouças.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/10/2019

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados João Magalhães, Roberto Andrade e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Fernando Pacheco. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, pela aprovação no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.204/2019 (relator: deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.944/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Sargento Rodrigues, João Magalhães e Hely Tarquínio, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja enviado a esta Casa, para acompanhamento, o cronograma de pagamento de benefícios aos filhos dos hansenianos, conforme prevê a Lei nº 23.137, de 2018, que lhes garantiu esse benefício;

nº 4.945/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Sargento Rodrigues, João Magalhães e Hely Tarquínio, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para viabilizar o pagamento do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica da rede estadual de ensino;

nº 4.947/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Hely Tarquínio e João Magalhães e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o valor atual da dívida inscrita em dívida ativa no Estado e que medidas estão sendo adotadas pelo Poder Executivo para recuperação desses créditos;

nº 4.950/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Hely Tarquínio e João Magalhães e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a ausência de cobrança de aluguel pelo espaço onde foi realizado o Casacor Minas 2019, sobre se houve apenas uma cessão onerosa de custo e sobre o motivo para o Estado não cobrar aluguel do responsável pelo evento;

nº 4.953/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Hely Tarquínio e João Magalhães e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o impacto econômico que a reforma administrativa, feita por meio da Lei nº 23.304, de 2019, trouxe; sobre se houve um compromisso de sua parte de que essa reforma, com redução do número de secretarias e cargos, geraria um impacto na despesa do Estado da ordem de R\$19.000.000,00 mensais, com economia anual projetada em R\$227.000.000,00; sobre se efetivamente está havendo essa economia; e sobre a destinação dos valores que eventualmente estejam sendo economizados;

nº 4.955/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Hely Tarquínio e João Magalhães e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a previsão de investimentos do Funcafé, tendo em vista a incoerência entre os dados apresentados no primeiro e no segundo ciclos do Assembleia Fiscaliza: no primeiro ciclo afirmou-se que a previsão é que em 2020 se aumente o limite para o repasse de R\$700.000.000,00 para R\$1.000.000.000,00 e, no segundo ciclo, o valor apresentado foi de R\$255.000.000,00;

nº 4.959/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Hely Tarquínio, João Magalhães e Sargento Rodrigues, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre os projetos que compõem o programa de recuperação fiscal, especificando quais são esses projetos e quais os itens estratégicos que compõem esse conjunto de propostas;

nº 4.962/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Hely Tarquínio e João Magalhães e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações acerca da atuação da organização Comunitas no Estado discriminando-se: a composição e a identificação de seus membros; a quantidade e a qualificação das pessoas da Comunitas que atuam para o Estado, esclarecendo se elas recebem algum tipo de remuneração e que funções desempenham; a existência de eventuais benefícios governamentais concedidos às empresas ligadas ao núcleo de governança do programa Juntos ou a líderes empresariais locais e a existência de eventuais débitos dessas empresas com o Estado; a existência de contratação de parceiros técnicos que atuam na identificação de desafios e execução de projetos correspondentes nos respectivos termos firmados entre a Comunitas e os referidos parceiros técnicos; a forma de participação da Comunitas nos estudos de reforma administrativa e do Plano de Recuperação Fiscal do Estado; desde quando a Comunitas participa das atividades e decisões do Estado; como pôde ser firmado tal termo de cooperação uma vez que, na audiência pública da Comissão de Administração Pública, a Comunitas tinha situação irregular no Cadastro Geral de Convenientes e não tinha Certidão Negativa de Débito da Receita Federal; como pôde ser firmado o referido termo de cooperação sem observar tais fatos; a existência de alguma forma de compartilhamento de patrimônio público e de servidores públicos entre o Estado e a Comunitas; quem paga pelos serviços prestados pela Comunitas, com a identificação nominal dos parceiros; considerando-se que o programa Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável é um programa amplo que busca estabelecer uma simbiose entre poder público e a iniciativa privada, questiona-se se a Comunitas também está colaborando com o regime de recuperação fiscal a ser proposto pelo governo;

nº 4.967/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Hely Tarquínio, João Magalhães e Sargento Rodrigues, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a lista dos 100 maiores devedores do Estado e sobre as medidas que estão sendo adotadas para a cobrança dessas dívidas;

nº 4.969/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Hely Tarquínio, João Magalhães e Sargento Rodrigues, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que se faça o reexame dos regimes especiais de tributação deferidos pelo Estado;

nº 4.972/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Hely Tarquínio, João Magalhães e Sargento Rodrigues, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a possibilidade de antecipação da realização do curso para formação de soldados da PMMG, previsto para fevereiro de 2020;

nº 4.975/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Hely Tarquínio, João Magalhães e Sargento Rodrigues, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o planejamento para pagamento dos R\$20 milhões destinados às emendas populares ao Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG, dos quais foram empenhados R\$ 55 mil, e nenhum pagamento executado até o momento;

nº 4.978/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Hely Tarquínio, João Magalhães e Sargento Rodrigues, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o impacto que a

Proposta de Emenda à Constituição nº 133/2019 – PEC Paralela da Reforma da Previdência –, que tramita no Congresso Nacional, poderá ter sobre as contas públicas do Estado, caso seja aprovada;

nº 4.979/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Hely Tarquínio e João Magalhães e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre como o governo pretende adotar o modelo de escolas cívico-militares no Estado e se, de fato, pretende alocar militares, sem formação específica, na gestão dessas escolas;

nº 4.982/2019, dos deputados João Magalhães, Sargento Rodrigues e Hely Tarquínio e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para a apresentação de um plano de recuperação detalhado, integrado por um diagnóstico financeiro pormenorizado, com o objetivo de embasar a possível adesão do Estado ao regime de recuperação fiscal;

nº 4.986/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Hely Tarquínio e João Magalhães e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre quais outras medidas, além daquelas que já foram submetidas à ALMG, o Poder Executivo pretende adotar para viabilizar o plano de recuperação fiscal, especialmente no que tange à alienação de empresas estatais;

nº 4.990/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Hely Tarquínio e João Magalhães e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre quais são as ações projetadas pelo governo para viabilizar a economia de 1,9 bilhão no gasto com custeio prevista na despesa estimada pelo projeto de lei do orçamento para 2020 e quais serão os impactos que essa redução poderá causar na qualidade dos serviços prestados pelo Estado;

nº 4.991/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Hely Tarquínio e João Magalhães e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a regularização da Cidade Administrativa e como essa regularização poderá resultar no aumento da receita estatal.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2019.

João Magalhães, presidente – Sargento Rodrigues – Beatriz Cerqueira – Osvaldo Lopes – Leonídio Bouças – Gustavo Valadares.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/10/2019

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Coronel Henrique, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.273/2017, em turno único, do qual designou como relator o deputado Betinho Pinto Coelho. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.725/2015, na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Betinho Pinto Coelho); e 648/2019, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Betinho Pinto Coelho). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único,

cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei n°s 4.273/2017 (relator: deputado Betinho Pinto Coelho) e 1.043/2019 (relator: deputado Tito Torres), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n°s 2.994, 3.004 e 3.005/2019. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei n°s 5.446/2018 e 973/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

n° 4.672/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja formulado voto de congratulações com a empresa Bee Propolis Brasil Ltda. pelo importante reconhecimento internacional no concurso WBA Apimondia 2019 Montreal Canadá com o tema "Melhor sistema de produção de própolis verde do mundo";

n° 4.717/2019, do deputado Raul Belém, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do Decreto n° 45.568, de 22/3/2011, no agronegócio e outros empreendimentos agropecuários nos Municípios de Ituiutaba, Campina Verde, Prata e Gurinhatã;

n° 4.966/2019, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Coronel Henrique, Roberto Andrade e Betinho Pinto Coelho, em que requerem seja solicitado à Comissão de Constituição e Justiça que seja pautada, dentro da maior brevidade possível, a Proposta de Emenda à Constituição n° 4/2019, que dispõe sobre a destinação de, no mínimo, 10% dos recursos da entidade de amparo e fomento à pesquisa para a manutenção de infraestrutura e suporte a instituições do Estado que realizem desenvolvimento e inovação em agropecuária;

n° 4.970/2019, dos deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – pedido de providências com vistas a que o desenvolvimento de tecnologias voltadas para a agricultura familiar seja adotado como objetivo central da pesquisa agropecuária no Estado;

n° 4.974/2019, dos deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre as razões da ausência de alocação de recursos no Fundo Estadual de Café – Fecafé –, instituído pela Lei n° 20.313, de 2012;

n° 4.976/2019, dos deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre o impacto da criação do Refúgio de Vida Silvestre Estadual dos Rios Tijucu e da Prata na atividade agrícola dos Municípios de Ituiutaba, Campina Verde, Prata e Gurinhatã;

n° 4.980/2019, dos deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que sejam realizadas ações de fomento à atividade de aquicultura no lago da Usina Hidrelétrica de Irapé;

n° 4.984/2019, dos deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que sejam estendidas às demais regiões do Estado as ações de construção de barraginhas e de estradas ecológicas realizadas em parceria com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – na região Noroeste de Minas;

n° 4.987/2019, dos deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para incentivar o beneficiamento e a industrialização do café em território mineiro, bem como ampliar a certificação de cafés especiais no Estado por meio do Programa Estadual de Certificação de Produtos Agropecuários e Agroindustriais – Certifica Minas;

nº 4.989/2019, dos deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que garanta o funcionamento e dinamize os trabalhos dos colegiados de controle social de políticas públicas ligados à secretaria;

nº 4.994/2019, dos deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado às Secretarias de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – e de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja enviado a esta Casa projeto de lei para transferir a competência da gestão de políticas públicas de florestas plantadas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – para a Seapa, com a devida provisão de recursos financeiros e de pessoal;

nº 4.997/2019, dos deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que sejam viabilizadas soluções administrativas com vistas à nomeação dos aprovados no concurso da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais – Emater-MG;

nº 4.998/2019, dos deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências com vistas a que seja apresentado o mais rapidamente possível o decreto que instituirá o Programa Estadual de Cooperativismo da Agricultura Familiar e Agroindústria Familiar – Cooperagro –, desenvolvido a partir de discussões realizadas no âmbito do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – Cedraf;

nº 4.999/2019, dos deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa – pedido de providências para que sejam incluídos representantes de produtores rurais no grupo gestor do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé;

nº 5.001/2019, dos deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para aprofundar as ações de organização da produção com vistas a atingir a meta de destinação mínima de 30% dos recursos da alimentação escolar no Estado para aquisição direta de alimentos da agricultura familiar;

nº 5.002/2019, dos deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que seja elaborado plano de desenvolvimento rural sustentável para os municípios afetados pelo rompimento da barragem de rejeitos da Vale, em Brumadinho;

nº 5.003/2019, dos deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que seja realizada a regulamentação participativa da Lei nº 23.157, de 2018, que dispõe sobre a produção e a comercialização dos queijos artesanais de Minas Gerais, de modo a considerar as possibilidades operacionais dos produtores de queijo artesanal do Estado;

nº 5.004/2019, dos deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências com vistas à reintegração de posse das áreas do Estado arrendadas para fins de exploração de florestas plantadas e à respectiva destinação dessas áreas para assentamento de trabalhadores rurais ou para alienação, com reinvestimento dos recursos em infraestrutura nas regiões ou municípios afetados por esses contratos;

nº 5.005/2019, dos deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências com vistas à execução das emendas

oriundas do processo de discussão participativa do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019, exercício 2019, relativas a políticas públicas de recursos hídricos e agricultura familiar;

nº 5.007/2019, dos deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado às Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais – Seplag – e de Governo – Segov – pedido de providências com vistas à alocação de recursos ordinários para atividades de suporte à pesquisa na Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig –, de modo a evitar que o atendimento dessa necessidade operacional dependa de intervenção na Constituição do Estado;

nº 5.008/2019, dos deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de informações sobre o cronograma das obras de melhoria e pavimentação do trecho da MG-425 que liga o Distrito de Revés de Belém, no Município de Bom Jesus do Galho, ao Município de Vargem Alegre;

nº 5.009/2019, dos deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o cronograma previsto para o programa Diálogos com o Produtor Rural;

nº 5.011/2019, dos deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o planejamento do Programa de Fiscalização Ambiental Preventiva para as Atividades Agrossilvipastoris – Fapa – para o período 2019-2022;

nº 5.012/2019, dos deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o estágio atual do licenciamento ambiental das obras de melhoria e pavimentação do trecho da MG-425 que liga o Distrito de Revés de Belém, no Município de Bom Jesus do Galho, ao Município de Vargem Alegre;

nº 5.014/2019, dos deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre a execução do Convênio nº 839.208/2016, firmado pela pasta com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República, com o objetivo de apoiar a regularização ambiental de empreendimentos aquícolas no Estado;

nº 5.015/2019, dos deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que agilize a elaboração de cartilha educativa sobre a regularização ambiental de empreendimentos aquícolas;

nº 5.016/2019, dos deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que a elaboração de cartilha sobre boas práticas na agricultura seja feita com a participação de representantes de produtores rurais;

nº 5.018/2019, dos deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para defender, diante da administração federal e da bancada parlamentar federal mineira, a manutenção, em valores, das dotações orçamentárias destinadas ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2019.

Coronel Henrique, presidente – Betinho Pinto Coelho – Gustavo Santana.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E DOS RECURSOS HÍDRICOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/10/2019

Às 15h43min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Betinho Pinto Coelho, Coronel Henrique e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Betinho Pinto Coelho, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, a seguir, comunica o recebimento de correspondência do Sr. Bilac Pinto, secretário de Estado de Governo, publicada no *Diário do Legislativo*, em 10/10/2019. Suspende-se a reunião. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença do deputado Gustavo Santana em substituição ao deputado Coronel Henrique. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.949/2019, dos deputados Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações sobre o cumprimento da Lei nº 12.503, de 1997, conhecida como Lei Piau, que impõe às concessionárias, públicas ou privadas, de abastecimento público de água e de energia elétrica a obrigação de investir na proteção e na preservação ambiental da bacia hidrográfica em que ocorrer a exploração do recurso hídrico, o equivalente a, no mínimo, 0,5% do valor total da receita operacional ali apurada no exercício anterior ao do investimento;

nº 4.952/2019, dos deputados Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que seja dada prioridade, na alocação de recursos de investimentos, à ampliação de infraestrutura de distribuição na região do Norte de Minas, de forma a ofertar condições para a expansão dos empreendimentos de geração distribuída, em especial de energia solar fotovoltaica;

nº 4.954/2019, dos deputados Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para investir em educação ambiental e em consumo consciente;

nº 4.956/2019, dos deputados Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – pedido de providências para que realize em Minas Gerais, preferencialmente em Montes Claros, audiência pública do processo de revisão da Resolução nº 482, de 17/4/2012, que estabelece as condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica;

nº 4.957/2019, dos deputados Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – pedido de providências para a conclusão da Barragem de Jequitaiá, no Norte de Minas;

nº 4.960/2019, dos deputados Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que os municípios do semiárido mineiro sejam priorizados na implantação do Programa Pró-Manancial;

nº 4.961/2019, dos deputados Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – pedido de providências para que, no processo de revisão da Resolução nº 482, de 17/4/2012, que regula o acesso de empreendimentos de geração distribuída à rede de distribuição elétrica, sejam garantidas,

por prazo razoável, as condições comerciais vigentes para as unidades em funcionamento e para aquelas que já receberam parecer de acesso positivo;

nº 4.963/2019, dos deputados Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que seja acelerada a obra de captação de água no Rio São Francisco, denominada Adutora Ibiaí, com objetivo de complementar o abastecimento público da cidade de Montes Claros, entre outras no percurso, uma vez que as captações em operação não estão sendo suficientes para o atendimento da população;

nº 4.965/2019, dos deputados Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – e à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que divulguem periodicamente a disponibilidade (localização e capacidade) da infraestrutura de distribuição de energia para ligação de novas unidades de geração distribuída, em especial na região Norte de Minas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2019.

Gil Pereira, presidente – Betinho Pinto Coelho – Coronel Henrique.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/10/2019

Às 15h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bartô, Cleitinho Azevedo e Elismar Prado, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bartô, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 17/10/2019: ofícios dos Srs. Antônio Garcia Maciel, diretor-presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto; Gustavo Gastão Corgozinho Cardoso, diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Minas Gerais; e José Raimundo Gomes, presidente da Câmara Municipal de Caeté. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.855/2015, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Cleitinho Azevedo. Neste momento comparece à reunião o deputado Douglas Melo, membro da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, com voto contrário do deputado Bartô, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, na forma do vencido em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 481/2019 (relator: deputado Cleitinho Azevedo) e 600/2019 (relator: deputado Elismar Prado). Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.075/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.689/2019, do deputado Douglas Melo, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas pra debater o regime de tributação das empresas do ramo do transporte fretado licenciado, bem como o Decreto nº 44.035, de 2005, e os impactos da Lei Federal nº 13.855, de 2019;

nº 4.995/2019, do deputado Bartô, em que requer seja realizada audiência pública para debater, entre outras questões, a qualidade da prestação do serviço público de transporte intermunicipal pela empresa Santa Rita Transporte Urbano e Rodoviário Ltda. – Saritur –, especialmente no que se refere às linhas 4800, 4810, 4820 e 4830, que ligam as cidades de Caeté e Belo Horizonte;

nº 4.996/2019, do deputado Bartô, em que requer seja realizada audiência pública para debater a cobrança de IPTU residencial no Município de Contagem e seus impactos para os contribuintes e cidadãos;

nº 5.000/2019, dos deputados Bartô, Cleitinho Azevedo e Elismar Prado, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o impacto na arrecadação em virtude do aumento da alíquota do ICMS sobre a gasolina.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2019.

Bartô, presidente – Cleitinho Azevedo – Elismar Prado.

**ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/10/2019**

Às 19 horas, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Betão, Hely Tarquínio (substituindo o deputado Professor Cleiton, por indicação da liderança do BMTH) e Luiz Humberto Carneiro (substituindo o deputado Bartô, por indicação da liderança do BSMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinpro Minas – pelos 86 anos de sua fundação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.734/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com os vereadores Arnaldo Godoy, Bella Gonçalves, Cida Falabella, Edmar Branco, Gilson Reis, Pedro Bueno e Pedro Patrus, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, pela incansável luta em defesa de uma escola pública democrática, que respeite a liberdade de ensinar resguardada na Constituição da República;

nº 4.744/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados para se proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a pedagoga Nilma Lino Gomes;

nº 4.783/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação das obras do novo prédio da Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, localizado na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte;

nº 4.784/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação da comunidade escolar e das mais de 100 crianças e adolescentes matriculados na Escola Estadual Romualdo José da Costa, localizada na Ocupação Tomás Balduino, no Bairro Areias, em Ribeirão das Neves, tendo em vista a ameaça de remoção forçada, por conta de decisão judicial, das 300 famílias que moram há 6 anos na ocupação;

nº 4.790/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação atual da educação escolar quilombola da rede estadual de ensino no que diz respeito a organização, estrutura, funcionamento e proposta pedagógica;

nº 4.808/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Cristiano Silveira e Elismar Prado, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja garantido o pleno cumprimento do Programa de Assistência Estudantil – Peas – nas universidades estaduais, instituído pelo Decreto nº 47.389, de 23 de março de 2018;

nº 4.809/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Cristiano Silveira e Elismar Prado, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para realização de concurso público para provimento de professores e profissionais técnicos-administrativos, bem como para homologação do concurso e nomeação dos aprovados para o cargo de professor da Universidade do Estado de Minas Gerais nos editais vigentes;

nº 4.810/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Cristiano Silveira e Elismar Prado, em que requerem seja encaminhado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – pedido de providências para o cumprimento do disposto nos incisos II e III do art. 17 da Lei nº 22.929, de 12/1/2018, que determina o repasse de parte dos recursos da Fundação para a Uemg e a Unimontes;

nº 4.842/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a educação escolar e nutricional nas escolas públicas e privadas, tendo em vista o Decreto nº 47.676/2019, que suspende o Decreto nº 47.557/2018;

nº 4.845/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a professora Adriene Gomes, da Escola Municipal Sócrates Mariani Bittencourt, localizada no Município de Contagem, pelo brilhante trabalho pedagógico desenvolvido e pela dedicação à escola pública;

nº 4.855/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que seja destinado auxílio imediato à Escola Estadual Manoel da Silva Gusmão, localizada no Município de Itinga, tendo em vista que as chuvas provocaram estragos na instituição, derrubando o muro e parte do telhado de algumas salas, além de danificarem vários computadores e documentos;

nº 5.072/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Cidade Administrativa para acompanhamento da reunião de negociação da direção estadual do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG – com o governo do Estado;

nº 5.073/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que não ocorra a municipalização das matrículas da Escola Estadual Dr. José do Patrocínio da Silva Pontes, localizada no Bairro Milionários, no Município de Belo Horizonte;

nº 5.074/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Hely Tarquínio e Luiz Humberto Carneiro, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia e de Defesa dos Direitos da Mulher para debater os problemas de acesso e permanência de mulheres em situação de violência na Educação de Jovens e Adultos – EJA;

nº 5.075/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Hely Tarquínio e Luiz Humberto Carneiro, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – pedido de informações sobre a participação da referida fundação na implementação do programa Fiemg Lab 4.0, que visa à aceleração de *startups* de soluções industriais (*indtech*);

nº 5.076/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Hely Tarquínio e Luiz Humberto Carneiro, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as projeções financeiras e orçamentárias para a educação indígena nas comunidades tradicionais para o exercício de 2020;

nº 5.077/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Hely Tarquínio e Luiz Humberto Carneiro, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre quais escolas da rede estadual de ensino manifestaram interesse em participar do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares do Ministério da Educação, qual o impacto financeiro da implantação do modelo cívico-militar nas escolas selecionadas, qual o ator responsável pela remuneração dos militares que atuarão no programa e qual modelo político-pedagógico será adotado;

nº 5.078/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Hely Tarquínio e Luiz Humberto Carneiro, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre como o Estado está se organizando para viabilizar a aplicação do mínimo constitucional em manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2019 e sobre a execução financeira dessas despesas consolidadas em demonstrativo atualizado;

nº 5.079/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Hely Tarquínio e Luiz Humberto Carneiro, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações consubstanciadas na proposta para o pagamento do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica da rede estadual de ensino;

nº 5.080/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Hely Tarquínio e Luiz Humberto Carneiro, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações consubstanciadas no escopo da implementação do Projeto SeedGov na mencionada secretaria, bem como sobre se os parceiros da iniciativa privada terão acesso aos dados pessoais e sigilosos que estão sob a guarda dessa secretaria;

nº 5.082/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Hely Tarquínio e Luiz Humberto Carneiro, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as metas de expansão da oferta de educação em tempo integral para 2020, compreendendo a distribuição das vagas por região do Estado, o número de profissionais que serão contratados e a proposta curricular do programa;

nº 5.084/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Hely Tarquínio e Luiz Humberto Carneiro, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que sejam consideradas as especificidades das pessoas com deficiência no processo de matrículas na rede estadual de ensino;

nº 5.086/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Hely Tarquínio e Luiz Humberto Carneiro, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações consubstanciadas no planejamento do Estado para a realização de concurso público para recomposição do pessoal da Educação, com previsão de data e número de vagas, por carreira;

nº 5.087/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Hely Tarquínio e Luiz Humberto Carneiro, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações consubstanciadas no planejamento para a oferta de educação profissional em 2020, compreendendo a distribuição das vagas por região do Estado, cursos ofertados e número de alunos atendidos;

nº 5.089/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Hely Tarquínio e Luiz Humberto Carneiro, em que requerem seja realizada audiência pública, com a participação da secretária de Estado de Educação e do secretário de Estado de Planejamento e Gestão, para debater os indicadores da Educação Básica relativos a acesso, permanência e aprendizagem dos alunos, bem como infraestrutura escolar e condições de trabalho docente;

nº 5.090/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Hely Tarquínio e Luiz Humberto Carneiro, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o plano de destinação das patentes sob responsabilidade dessa secretaria, anunciado no seu relatório de gestão;

nº 5.091/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Hely Tarquínio e Luiz Humberto Carneiro, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a execução dos recursos do salário-educação em 2019;

nº 5.096/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Hely Tarquínio e Luiz Humberto Carneiro, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o escopo da

implementação do Projeto SeedGov na Secretaria de Estado de Educação e se os parceiros da iniciativa privada terão acesso aos dados pessoais e sigilosos que estão sob a guarda dessa secretaria;

nº 5.098/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Hely Tarquínio e Luiz Humberto Carneiro, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as bases legais da decisão de especialistas em educação básica e vice-diretores substituírem temporariamente os diretores de escola, sem remuneração adicional, conforme previsto no art. 39 da Resolução SEE nº 4.127, de 2019, e se, no exercício da substituição, esses especialistas acumulam as atribuições do seu cargo e as de diretor de escola;

nº 5.101/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Hely Tarquínio e Luiz Humberto Carneiro, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para o cumprimento do Decreto nº 46.206, de 2013, que regulamenta o parágrafo único do art. 22 da Lei nº 15.293, de 5/8/2004, que dispõe sobre a progressão na carreira de diretor de escola estadual;

nº 5.102/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Hely Tarquínio e Luiz Humberto Carneiro, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a execução financeira da Uemg e da Unimontes em 2019, discriminada por áreas (ensino, pesquisa e extensão), e a proporção desse montante em relação ao valor planejado;

nº 5.103/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Hely Tarquínio e Luiz Humberto Carneiro, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre os resultados do diagnóstico da infraestrutura das escolas estaduais e o plano de trabalho para as próximas etapas do programa Mãos à Obra nas escolas;

nº 5.104/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Hely Tarquínio e Luiz Humberto Carneiro, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para garantir o pagamento do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica da rede estadual de ensino;

nº 5.106/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Hely Tarquínio e Luiz Humberto Carneiro, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – pedido de informações sobre os critérios adotados para pagamento das despesas custeadas com recursos disciplinados pelo art. 17 da Lei nº 22.929, de 2018, tendo em vista que o relatório de gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – informa que a maioria dos auxílios pagos com recursos da referida fundação, no período de maio a agosto de 2019, foram destinados ao pagamento de programas especiais da própria secretaria, em detrimento dos auxílios de demanda universal;

nº 5.107/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Hely Tarquínio e Luiz Humberto Carneiro, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o instrumento jurídico que está sendo elaborado para submissão de projetos do Sistema Mineiro de Inovação – Simi – à Fapemig.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Valéria Peres Morato Gonçalves, presidenta do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinpro Minas –, Ana Flávia Machado, diretora de Cooperação Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, representando a Sra. Sandra Regina Goulart Almeida, reitora da UFMG, Denise de Paula Romano, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE/MG –, e Jô Moraes, ex-deputada federal; e os Srs. Décio Braga de Souza, presidente da Federação Interestadual de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – Fitee –, Thiago Torres Costa Pereira, vice-reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, representando a Sra. Lavínia Rosa Rodrigues, reitora da Uemg, Pablo Gabriel da Silva, diretor Estadual de Comunicação da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, representando Ramon Esteves dos Reis Almeida, presidente da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, e Gilson Luiz Reis, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte. A presidência faz suas considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra aos deputados presentes. Logo

após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência convida os deputados presentes a realizar a entrega do diploma referente ao voto de congratulações com o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinpro Minas – pelos 86 anos de sua fundação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/10/2019

Às 10h45min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos e Celise Laviola e o deputado Doutor Jean Freire, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Bilac Pinto (3), secretário de Estado de Governo (10/10/2019); e Samir Carvalho Moysés (2), subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo (11/10/2019). A presidenta acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como reladoras as deputadas mencionadas entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.880/2017 (deputada Andréia de Jesus), 689/2015 (deputada Celise Laviola) e 1.040/2019 (deputada Marília Campos), todos no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.054/2018 (relatora: deputada Celise Laviola). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.806/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita ao Tribunal de Justiça de Minas, Gerais – TJMG – para avaliação da integração dos órgãos do sistema de justiça no que se refere à luta contra os feminicídios e a violência que atinge as mulheres;

nº 5.119/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para analisarem a oportunidade da reativação do plantão 24 horas no Município de Ibirité;

nº 5.120/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Ibirité pedido de providências para priorizar a adesão ao Consórcio Mulheres das Gerais, como forma de incrementar as ações de enfrentamento da violência contra a mulher no município, especialmente no que toca à participação da Casa Abrigo Sempre Viva, gerenciada pelo consórcio;

nº 5.121/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Ibirité, à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais, às Secretarias de Estado de Saúde e de Desenvolvimento Social pedido de providências para envidarem os esforços necessários, no âmbito de suas competências, com vistas à formalização de convênio para implantação da cadeia de custódia no Município de Ibirité;

nº 5.123/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater os problemas de acesso e permanência de mulheres em situação de violência na educação de jovens e adultos – EJA – ;

nº 5.124/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretária de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a criação de grupo de trabalho para desenvolver ações de prevenção e de enfrentamento das violências e do feminicídio;

nº 5.125/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde para que a Secretaria de Estado de Saúde – SES – apresente a esta Casa a nova conformação das redes de atenção à saúde proposta pela pasta por meio do Projeto Saúde em Rede, principalmente no que se refere à rede de atenção à saúde da mulher e da criança;

nº 5.126/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde para discutir novamente com a sociedade a proposta de ceder a administração dos hospitais da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – para organizações sociais – OS;

nº 5.127/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para destinar às ações de atenção à saúde mental os recursos necessários à consolidação da rede de atenção psicossocial, tendo em vista que, no relatório de gestão apresentado pela SES, as ações destinadas a essa rede apresentam execuções muito baixas;

nº 5.128/2019, das deputadas Marília Campos, Andréia de Jesus e Leninha, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que fortaleça a atuação articuladora das políticas públicas de interesse das mulheres, desenvolvidas pelas diversas secretarias de governo, como forma de propiciar maior eficácia no atendimento a esse público, bem como a ampliação da previsão e da execução orçamentárias;

nº 5.129/2019, das deputadas Marília Campos, Andréia de Jesus e Leninha, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações direcionadas às mulheres no âmbito dos projetos a serem desenvolvidos a partir da perspectiva do planejamento de atuação territorial – nos termos apresentados durante o 2º Ciclo do Assembleia Fiscaliza –, considerando-se a necessidade do reconhecimento das mulheres como segmento de maior vulnerabilidade social e que demanda, por isso, atuação mais incisiva dos vários órgãos estatais;

nº 5.130/2019, das deputadas Marília Campos, Celise Laviola, Beatriz Cerqueira e do deputado Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações sobre a previsão de aumento do número de patrulhas de prevenção à violência doméstica – PPVDs – da PMMG no Estado, de modo a estarem presentes, pelo menos, nos municípios mineiros com população igual ou acima de 30.000 habitantes, consubstanciadas em cronograma para essa ampliação;

nº 5.131/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para a inclusão, entre os indicadores de criminalidade violenta no Estado, dos feminicídios tentados e consumados;

nº 5.132/2019, da deputada Marília Campos e do deputado Sargento Rodrigues, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater a prevenção à violência doméstica e familiar sob a ótica da política de segurança pública;

nº 5.133/2019, das deputadas Marília Campos, Celise Laviola e do deputado Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para disponibilizar atendimento especializado à mulher vítima de violência doméstica e familiar nas 67

regionais da PCMG no Estado, por meio da criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deams –, da formação e capacitação específica de todas as carreiras policiais para esse serviço, da estruturação adequada das atividades legísticas e periciais e de parcerias com outras instâncias, como administrações municipais, Defensoria Pública e Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos integrantes da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

nº 5.134/2019, da deputada Marília Campos e do deputado Sargento Rodrigues, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam ampliadas as patrulhas de prevenção à violência doméstica – PPVDs – da PMMG no Estado, de modo a estarem presentes, pelo menos, nos municípios mineiros com população igual ou acima de 30.000 habitantes;

nº 5.135/2019, da deputada Marília Campos e do deputado Sargento Rodrigues, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater o protocolo de monitoramento da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – sobre homens usando tornozeleira eletrônica como medida protetiva, nos termos da Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha).

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 5.122/2019, das deputadas Ione Pinheiro e Rosângela Reis e do deputado Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado à diretoria da Google Brasil em Belo Horizonte pedido de informações sobre o episódio no qual esse *website* de pesquisas e buscas na internet teria publicado gravíssimas ofensas às mulheres professoras, solicitando, ainda, que a empresa proceda a uma retratação pública e amplamente divulgada. Em seguida, são aprovados relatórios de visita ao Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher – Cerna –, no Município de Belo Horizonte, e à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – no Município de Ibirité, realizadas, respectivamente, em 3/6/2019 e 5/9/2019, que seguem publicados após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2019.

Marília Campos, presidente – Professor Irineu – Marquinho Lemos.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Local visitado: Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher – Cerna

Apresentação

Atendendo ao Requerimento em Comissão nº 2.002/2019, de autoria da deputada Marília Campos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher visitou, em 3/6/2019, o Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher – Cerna –, localizado no Centro de Belo Horizonte, para verificar as condições do atendimento prestado pelo órgão, relativamente a recursos humanos e infraestrutura, e conhecer as ações programadas pelo governo do Estado para sua reestruturação.

Participaram da visita a deputada Marília Campos; a Sra. Carla Cristina Oliveira Santos Vidal, delegada de Polícia chefe do Departamento de Orientação e Proteção à Família da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, representando o chefe da PCMG; o Sr. Marcelo Gonçalves de Paula, juiz de direito, representando a Sra. Alice Birchal, desembargadora superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG; o Sr. Thiago Augusto Campos Horta, subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac –, representando a Sra. Elizabeth Jucá, titular dessa pasta; o Sr. João Paulo Santos Barbosa, da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese; a Sra. Leticia Silva Palma, superintendente de Participação e Diálogo Social da Subsecretaria de Direitos Humanos da Sedese; a Sra. Samantha

Vilarinho Mello Alves, defensora pública do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência – Nudem; a Sra. Solange Rodrigues Barbosa, integrante do Grupo de Mulheres do Cerna; a Sra. Andréa Socorro Luiz, coordenadora do Cerna; a Sra. Maria Izabel Ramos, coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; o Maj. PM Jovânio Campos Miranda, da Diretoria de Apoio Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG; a Sra. Lauriza Pinto, integrante do programa de extensão Para Elas – Por Elas, Por Eles, Por Nós, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; a Sra. Carmélia Maria Viana, vice-presidente do Conselho Estadual da Mulher; a Sra. Renata Regina de Abreu Rodrigues, assessora da deputada Andreia de Jesus; e a Sra. Bernadete Esperança Monteiro, assessora da deputada Beatriz Cerqueira.

Relato

Thiago Augusto Campos Horta, subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac¹ –, recebeu a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na Casa dos Direitos Humanos, espaço no qual, entre outros órgãos estaduais, encontram-se as dependências do Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher – Cerna. Após guiar a comissão por uma breve visita aos citados órgãos, o subsecretário encaminhou os presentes para uma sala de reuniões.

A deputada Marília Campos esclareceu que a visita se destinava a verificar as condições do atendimento prestado pelo Cerna, relativamente a recursos humanos e infraestrutura, e conhecer as ações programadas pelo governo do Estado para a reestruturação do órgão.

Questionado pela deputada Marília Campos se as atividades do Cerna seriam encerradas, conforme denúncia apresentada em audiência pública da comissão, o subsecretário Thiago Augusto Campos Horta negou veementemente que o centro será fechado. Afirmou que é possível que ele mude de local devido a questões contratuais relativas à propriedade do imóvel, contudo, caso mude, os atendimentos não serão prejudicados. Esclareceu que atualmente o Cerna está funcionando com apenas duas psicólogas, já estando mais três estão em treinamento, além de uma assistente social. O subsecretário pontuou ainda que em breve um decreto será publicado para formalizar, dentro da estrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, uma Coordenadoria de Política para as Mulheres, com o objetivo de fortalecer a política pública. Questionado pela deputada Marília Campos para onde o Cerna iria caso a pendência contratual não seja resolvida, o subsecretário afirmou que o novo local ainda nem mesmo foi pensado, mas garantiu que, no caso de uma mudança, o Cerna se instalará em local ainda mais adequado e, provavelmente, com outras estruturas de acolhimento à mulher vítima de violência.

Letícia Silva Palma, superintendente de Participação e Diálogo Social da Subsecretaria de Direitos Humanos da Sedese, afirmou que o centro está passando por uma reorganização. Além da contratação das novas profissionais, em breve será implantado o Sima, que é um novo sistema de dados e informações que vem sendo desenvolvido há três anos. Nesse sistema, foram estabelecidos dois fluxos de atendimento: um para atender demandas encaminhadas por programas e instituições da rede de enfrentamento da violência contra a mulher; outro para atender demandas espontâneas, de mulheres que procuram diretamente o Cerna. Em ambos os casos haverá o registro do início do atendimento no sistema, por meio de um cadastro que antecede o agendamento. Cada atendimento, por sua vez, originará um plano de atuação com acompanhamento psicológico. Questionada pela deputada Marília Campos acerca dos atendimentos das mulheres que moram no interior do Estado, a superintendente respondeu que, tão logo a reforma administrativa seja aprovada, ações para a interiorização dos atendimentos serão iniciadas.

O juiz de Direito Marcelo Gonçalves de Paula, que, na visita, representou a desembargadora Alice Birchal, superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMG, parabenizou a mobilização das mulheres para o fortalecimento do Cerna, o qual, segundo ele, constitui uma importante ferramenta de combate à violência contra a mulher. Após colocar a Escola do TJMG à disposição para promover capacitação dos profissionais que atuam no Cerna, explicou o funcionamento das quatro varas que compõem o Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da capital, frisando que, caso o

agressor seja agente das forças de segurança, a regra é que, no caso de deferimento de medida protetiva, esta já suspende o porte de arma de fogo. O juiz de Direito também afirmou que entidades como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac – e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai – podem atuar na capacitação e formatação de currículos para as mulheres vítimas de violência, com vistas a promover a empregabilidade. Para ele, grande parte das mulheres vítimas de violência são dependentes financeiramente dos agressores e, com a capacitação e a consequente redução da vulnerabilidade econômica, elas podem deixar o relacionamento abusivo.

Solange Rodrigues Barbosa, integrante do Grupo de Mulheres do Cerna, ressaltou que os novos fluxos de trabalho apresentados pela superintendente não podem prejudicar a continuidade dos grupos de discussão que já existem no Cerna. Segundo Solange, esses grupos tiveram um importante papel em seu caso pessoal, haja vista que foi neles que ela se sentiu acolhida e, assim, pôde iniciar o processo de saída da situação de violência que vivia.

Questionada acerca da continuidade dos grupos de discussão, a coordenadora do Cerna, Andréa Socorro Luiz, garantiu que eles não serão afetados. Contudo, frisou que todas as mulheres, inclusive aquelas que já foram atendidas pelo Cerna, deverão passar pelos novos fluxos de atendimento.

A delegada de Polícia chefe do Departamento de Orientação e Proteção à Família da PCMG, Carla Cristina Oliveira Santos Vidal, que, na visita, representou o chefe da Polícia Civil, pontuou que as delegacias de mulheres são os primeiros locais que as vítimas de violência procuram em busca de ajuda, mas, segundo ela, estão com grande déficit de servidores.

Ao final da visita, a deputada Marília Campos enfatizou a importância de as atividades do Cerna não serem suspensas. Segundo a parlamentar, equipamentos como o Cerna são muito importantes, pois amparam a mulher em um momento de muita fragilidade. Por fim, destacou que o próximo passo da comissão será o fortalecimento da estrutura das delegacias de mulheres de todo o Estado, haja vista que, conforme destacou a delegada de Polícia, é nesses espaços que, primeiramente, as mulheres vítimas de violência buscam auxílio dos órgãos públicos.

Conclusão

A comissão cumpriu a finalidade da visita, tendo verificado as condições do atendimento prestado pelo Cerna, relativamente a recursos humanos e infraestrutura, e tomado ciência das ações programadas pelo governo do Estado para a reestruturação do órgão.

Em decorrência da visita foram aprovados, posteriormente, requerimentos² com o seguinte teor:

- pedido de providências à Coordenadoria de Mulheres, órgão da Sedese, para fortalecer os centros de atendimento às mulheres localizados no interior do Estado e promover a capacitação dos profissionais que lá desempenham suas funções;
- pedido de providências ao TJMG para que promova parceria com o programa de extensão Para Elas – Por Elas, Por Eles, Por Nós, da Faculdade de Medicina da UFMG, com o objetivo de fortalecer o atendimento às mulheres vítimas de violência no Estado;
- pedido de providências ao TJMG para a criação de uma vara de família exclusiva na Comarca de Ribeirão das Neves, de forma a contribuir para a especialização dos atendimentos.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2019.

Marília Campos, relatora.

¹ Atualmente sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, conforme a Lei nº 23.304, de 2019, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado e dá outras providências.

² Requerimentos em Comissão nºs 2.399, 2.400 e 2.401/2019, aprovados na 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, realizada em 4/6/2019.

RELATÓRIO DE VISITA**Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher****Local visitado: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam, em Ibitaré****Apresentação**

Em atendimento ao Requerimento em Comissão nº 2.402/2019, de autoria das deputadas Marília Campos, Ione Pinheiro e Celise Laviola, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher visitou, em 5/9/2019, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – do Município de Ibitaré, com a finalidade de verificar o funcionamento e o atendimento da unidade.

As deputadas Marília Campos e Ione Pinheiro realizaram a visita, com a participação de autoridades, gestores, assessores e assessoras parlamentares e representantes da sociedade civil. Entre os presentes, destacamos: Bernardo de Barros Machado, delegado regional de Ibitaré; Joice Fernanda Campos Silva, inspetora da Polícia Civil; Daniel Belmiro de Almeida, presidente da Câmara Municipal de Ibitaré; Jussara Freitas Versiani, presidente do Conselho Municipal da Mulher de Ibitaré; Leide Fernandes, presidente do Conselho Municipal de Saúde de Ibitaré; Jussara de Andrade Veiga Resende, conselheira tutelar em Ibitaré; e Elias Fernandes Pereira, presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública – Consep – de Ibitaré.

Relato

As deputadas iniciaram a visita conhecendo as dependências da Deam, sendo, em seguida, realizada uma reunião entre os presentes.

A deputada Marília Campos, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, deu início à reunião informando que a comissão tem realizado visitas a Deams de municípios do colar metropolitano, a fim de conhecer o trabalho desenvolvido, bem como as demandas dessas unidades. Falou sobre o aumento dos índices de violência contra a mulher no Estado, inclusive de feminicídios e tentativas de feminicídio. Ressaltou que o trabalho que a comissão tem realizado objetiva o fortalecimento das delegacias especializadas e das redes de enfrentamento da violência contra a mulher, como um todo.

Considerou importante o fomento das ações voltadas para a proteção da mulher e a prevenção da violência – citou, nesse sentido, a recente iniciativa de realizar-se, por meio da Secretaria Estadual de Educação, um concurso de redação nas escolas estaduais sobre o tema da não violência contra a mulher. Comentou também sobre sua intenção de produzir uma publicação reunindo os relatórios das visitas realizadas, de forma a conferir maior visibilidade à situação das Deams e propiciar melhorias nas unidades e nas condições de trabalho das respectivas equipes.

A deputada Ione Pinheiro lembrou o compromisso firmado pela Chefia da Polícia Civil, ainda no ano de 2018, de designação de uma delegada para a Deam de Ibitaré. De acordo com a deputada, esse compromisso foi reassumido pelo atual chefe da instituição, o delegado-geral Wagner Pinto de Souza, que informou que a designação se dará tão logo os 79 delegados recentemente nomeados concluíam o curso da Acadepol. A deputada lembrou que, além de Ibitaré, a Deam também abarca os Municípios de Sarzedo e Mário Campos.

Daniel Almeida, presidente da Câmara Municipal de Ibitaré, asseverou que a prefeitura e a câmara têm colaborado, na medida do possível, para a segurança pública no município, inclusive por meio da cessão de servidores para a Deam.

Bernardo Machado, delegado regional de Ibitaré, informou que está no cargo desde janeiro de 2019. Disse que, diante da inexistência de delegados titulares nas delegacias especializadas de atendimento à mulher e de homicídios do Município de Ibitaré, definiu que ele pessoalmente responderia, além da delegacia regional, pela Delegacia de Polícia de Sarzedo. Com esse arranjo, o delegado de Sarzedo passou a responder interinamente, desde então, pela Deam e pela unidade de homicídios de Ibitaré. Segundo ele, essa foi a alternativa encontrada para possibilitar o atendimento em todas as unidades.

Informou que se encontram em andamento na Deam pouco mais de 1.000 inquéritos policiais, tendo sido expedidos cerca de 800 requerimentos de medidas protetivas. Acrescentou que são expedidos de 60 a 80 requerimentos de medidas protetivas por mês ao Judiciário pela Deam¹. Questionado pelas deputadas, informou que não foram noticiados feminicídios no município em 2019, tendo a Deam registrado, no entanto, duas tentativas de feminicídio neste ano.

Destacou a alta incidência de crimes sexuais contra crianças e adolescentes: segundo o delegado, esses delitos têm os maiores índices e apontam a gravidade desse problema nos municípios abarcados pela Deam. Citou a prisão de 15 pedófilos na comarca no ano de 2019. Esclareceu também que grande parte das denúncias acontecem por intermédio de unidades escolares, mas cerca de 90% desses delitos sexuais ocorrem no seio familiar, sendo os agressores pessoas da família – como pais e padrastos – ou pessoas conhecidas e de confiança das vítimas.

A respeito da estrutura e dos equipamentos disponíveis, o delegado destacou que as instalações da unidade são pequenas, considerando suficiente o número de viaturas disponíveis. Sobre a equipe de trabalho da Deam, reiterou que a unidade não conta com um delegado titular, esclarecendo que, no momento da visita, o delegado interino encontrava-se de plantão no Município de Betim. Além do delegado – não exclusivo –, a equipe é composta por uma escritã de carreira, dois escritães *ad hoc* cedidos pelo município e quatro investigadores. O atendimento técnico psicossocial e jurídico é realizado por uma psicóloga, um assistente social e um advogado, todos cedidos pelo município.

O delegado esclareceu que o plantão regionalizado de Ibirité foi extinto no ano de 2017, funcionando atualmente o plantão no Município de Betim. Ressaltou então a dificuldade em realizarem-se as perícias, já que não há unidade do Instituto Médico-Legal na cidade, lembrando que o horário de funcionamento da Deam é das 8h30min às 12 horas e das 14 horas às 18h30min. Questionado pelas deputadas, esclareceu que há uma boa relação entre a Polícia Civil, particularmente a Deam, o Poder Judiciário e o Ministério Público.

Jussara Versiani, presidente do Conselho Municipal da Mulher de Ibirité, informou que o município está em processo de elaboração de normativa para formalização da rede de enfrentamento da violência contra a mulher. Esclareceu que existem alguns fluxos e protocolos de atendimento nos serviços de saúde, como na maternidade e no hospital de pronto socorro da cidade, especialmente para os casos de violência sexual. Asseverou que os Municípios de Ibirité e Contagem aguardam a implantação da cadeia de custódia² tendo sido produzido um termo de pactuação com essa finalidade em dezembro de 2018. No entanto, o convênio não foi assinado e os procedimentos necessários à formalização da cadeia de custódia restaram paralisados. Pleiteou, assim, a implantação da cadeia de custódia, bem como a adesão do município ao Consórcio Mulheres das Gerais.

Destacou, por outro lado, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan –, desenvolvido pelo Ministério da Saúde, como uma fonte confiável e imprescindível de dados sobre a violência contra a mulher. Considerou ainda que as violências são agravos que também podem ser notificados por outros órgãos ou instâncias, como os centros de referência de assistência social – Cras –, os centros de referência especializados de assistência social – Creas – e os conselhos tutelares (esclareceu, sobre os conselhos tutelares, que o município conta com dois conselhos e que se encontra em andamento a eleição dos membros do terceiro). Informou que profissionais desses serviços estão sendo qualificados para o preenchimento da ficha de notificação – para que esses registros sejam posteriormente encaminhadas à gestão da área de saúde do município. Acrescentou que o município passa por uma reorganização e reativação da rede de enfrentamento da violência contra a mulher. Busca-se articular, entre outras representações, a Deam, a Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD – da PMMG (esclareceu que há uma equipe em Ibirité), a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Poder Judiciário.

Informou que o programa Central de Penas Alternativas – Ceapa – é desenvolvido em Ibirité desde o ano de 2018 e tem atuado no acompanhamento de homens agressores, encaminhados pela juíza criminal da comarca. Explicou que o trabalho é realizado por meio de grupos reflexivos com 30 homens cada – foi citado que há, inclusive, uma fila de espera para esses grupos, atualmente

com 46 cadastrados. Destacou que o Consep, em parceria com a Fundação Helena Antipoff, pretende desenvolver projeto semelhante, e também outro, dirigido às mulheres em situação de violência.

Mencionou, por fim, que se encontra em fase de implantação no município, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, um observatório sobre as vulnerabilidades sociais, que, acredita, contribuirá para a coleta de informações também sobre as questões da violência.

A deputada Marília Campos ratificou a importância da adesão ao Consórcio Mulheres das Gerais, lembrando que essa medida propiciará, entre outros benefícios, o acesso do município à Casa Sempre Viva – equipamento de acolhimento das mulheres gerenciado pelo consórcio. Corroborou falas anteriores sobre a importância da adoção de políticas de prevenção da violência contra a mulher pelo município, indicando como medidas importantes a serem implementadas, a criação de dia ou semana de combate ao feminicídio (a exemplo da Lei nº 23.144, de 2018, que institui o Dia Estadual de Combate ao Feminicídio); o trabalho que vem sendo implementado com homens agressores (a exemplo da experiência da Ceapa); e atividades afins no âmbito da rede de ensino (a exemplo do concurso de redação nas escolas públicas estaduais sobre o tema da não violência).

Joice Silva, inspetora da Polícia Civil na Deam, ratificou que a formalização da rede de enfrentamento da violência contra a mulher é muito relevante, reforçando que a estruturação da rede propicia a organização do fluxo de atendimento das mulheres. Destacou a boa parceria estabelecida com a PPVD, da PMMG, e com o Poder Judiciário, lembrando que são realizadas reuniões mensais com a juíza criminal da comarca. Lembrou também que a Polícia Civil tem buscado uma parceria com a Fundação Helena Antipoff, para a realização de um trabalho voltado para o empoderamento da mulher, inclusive no que se refere à sua autonomia econômica, como forma de contribuir para que ela consiga sair do ciclo de violência.

Explicou que a psicóloga com atuação na Deam realiza um primeiro atendimento das mulheres, procedendo aos encaminhamentos para outros serviços da rede, como o Creas. Questionada, esclareceu que não há atendimento clínico posterior, considerando importante a implementação no município de um acompanhamento psicológico específico das vítimas de violência, tendo em vista que essas mulheres, muitas das vezes, não falam nos encontros em grupos.

Jussara Resende, conselheira tutelar em Ibitaré, afirmou que, em regra, os casos de pedofilia não chegam ao conhecimento dos conselheiros tutelares e que há uma tendência de se retirar a criança da família. Cobrou a mudança desse comportamento, tanto por parte das autoridades competentes, quanto da sociedade de modo geral, frisando que o sistema de justiça e a própria rede de proteção precisam trabalhar para o afastamento do agressor, e não pela retirada da criança da família. Lembrou ainda que o abrigo reveste-se em medida excepcional, que deve ser aplicada como último recurso e reiterou que a rede deve priorizar e garantir a manutenção da criança na família – realizando, inclusive, a busca ativa da família extensa com essa finalidade.

Jussara Versiani, presidente do Conselho Municipal da Mulher de Ibitaré, interveio para informar que o município já elaborou, há algum tempo, uma cartilha sobre os direitos da criança e do adolescente. Disse que esse material está sendo reformatado pela atual administração. Frisou que o trabalho do município direcionado a crianças e adolescentes, e também a mulheres, idosos e pessoas com deficiência, precisa ser retomado, com a reorganização dos serviços e equipamentos que atualmente integram a rede de proteção e a participação, também, de novos parceiros.

Acerca da situação narrada pela conselheira tutelar Jussara Resende, o delegado regional Bernardo Machado sugeriu a realização de uma reunião da rede de proteção para tratar da violência praticada contra crianças e adolescentes, inclusive para a elaboração de um fluxo ou protocolo de atuação dos vários órgãos envolvidos. Segundo ele, o mesmo pode ser realizado em relação à proteção das mulheres em situação de violência.

Leide Fernandes, presidente do Conselho Municipal de Saúde de Ibitaré, discorreu sobre o “caso Estefânia”: uma mãe, com transtorno mental, que teve o filho recém-nascido retirado após alta da maternidade, tendo sido o bebê encaminhado de imediato para o abrigo, sem a pertinente atuação do Conselho Tutelar. Ressaltou que, após uma grande mobilização de representantes da rede

de proteção, a situação foi revertida, estando a criança sob a guarda de uma pessoa da família extensa – uma prima –, que também acolheu a mãe. Suscitou então que os serviços e equipamentos da política de proteção da criança e do adolescente – como de saúde e de assistência social, por exemplo –, bem como os órgãos do sistema de justiça, precisam atuar de maneira integrada na garantia de direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade, sob pena de incorrerem em erros que acarretam graves violações de direitos.

Elias Pereira, presidente do Consep de Ibitaré, destacou, a princípio, a importância da parceria realizada entre o conselho e a Fundação Helena Antipoff para a implementação de projetos para o acompanhamento de mulheres que sofreram situações de violência, e também de homens agressores. Asseverou que o plantão regional de Betim atende 17 municípios, razão pela qual não há condições de realizar todo o atendimento necessário, com a eficiência esperada. Registrou que os policiais militares precisam se deslocar para Betim para o registro das ocorrências, permanecendo naquela cidade por horas, situação que impossibilita o patrulhamento ostensivo no Município de Ibitaré, que fica desguarnecido do policiamento militar. De acordo com o conselheiro, o plantão regional de Betim limita o quantitativo de atendimentos – apontou que muitas vezes a guarnição da Polícia Militar nem mesmo chega a ser recebida, apesar do longo prazo de espera.

A deputada Ione Pinheiro reiterou a necessidade do aprimoramento constante da rede de proteção, considerando importante também a maior articulação da Polícia Civil, inclusive para levar suas demandas aos Poderes Executivo e Legislativo. Destacou ainda a necessidade de ampliarem-se as ações em educação de crianças e jovens sobre o tema da não violência e ratificou que espera seja cumprido o compromisso firmado pela Chefia da Polícia Civil no que se refere à designação de uma delegada titular para a Deam de Ibitaré, bem como à implementação das medidas necessárias à melhoria da estrutura da unidade e à adequação do quadro de recursos humanos.

A deputada Marília Campos solicitou ao delegado Bernardo Machado a participação de representantes da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na reunião da rede de proteção, a ser agendada. Lembrou que pessoas que compõem a rede de proteção de outros municípios – como Contagem e Nova Lima – podem ser chamadas a colaborar, já que possuem conhecimento acumulado sobre essa atuação. Também sugeriu que, após a mencionada reunião entre as instituições e entidades da rede de proteção – tanto de crianças e adolescentes, quanto de mulheres –, seja realizada audiência pública específica na ALMG para dar continuidade às discussões.

Ao final, ressaltou que as soluções das demandas da Deam de Ibitaré – e também das demais delegacias especializadas visitadas pela comissão – passam por atribuir visibilidade aos vários problemas e sensibilizar o Legislativo para a disponibilização de recursos orçamentários durante a revisão do orçamento e do Plano Plurianual de Ação Governamental do Estado. Sugeriu, assim, a mobilização de todos nesse sentido.

Foram entregues às deputadas alguns documentos pelos participantes da visita, a saber: boletim da Secretaria Municipal de Saúde, com alguns dados e indicadores desde o ano de 2009; ofício do Consep de Ibitaré nº 20/2019, solicitando o aumento do efetivo nas delegacias do Município de Ibitaré; e ofício do Consep solicitando a reativação do plantão regional da Polícia Civil no Município de Ibitaré, com a designação de quatro equipes de delegados, escrivães e investigadores.

Conclusão

A comissão cumpriu o objetivo da visita, tendo colhido informações sobre as condições de funcionamento e atendimento da Deam de Ibitaré. Em decorrência da visita, foi solicitada a elaboração de requerimentos³ com as seguintes finalidades:

– pedido de providências à Prefeitura Municipal de Ibitaré, à Chefia da Polícia Civil do Estado, à Secretaria de Estado de Saúde e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para envidarem os esforços necessários, no âmbito de suas competências, para a formalização de convênio para implantação da cadeia de custódia no Município de Ibitaré;

– pedido de providências à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – e à Chefia da Polícia Civil do Estado para analisarem a oportunidade da reativação do plantão 24 horas no Município de Ibitaré;

- pedido de providências à Prefeitura Municipal de Ibirité para priorizar a adesão ao Consórcio Mulheres das Gerais, como forma de incrementar as ações de enfrentamento da violência contra a mulher no município, especialmente no que toca à participação da Casa Abrigo Sempre Viva, gerenciada pelo Consórcio;
- pedido de providências à Chefia da Polícia Civil para designar, com a urgência possível, uma delegada titular para a Deam de Ibirité;
- pedido de informações ao delegado da Deam de Ibirité sobre o número de casos de pedofilia e as ações de enfrentamento da violência sexual contra mulheres e crianças;
- pedido de informações ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública sobre o número de casos de estupro de mulheres (com a indicação do número de casos de estupro de vulnerável) registrados, de janeiro de 2019 até o momento, em cada delegacia no Estado;
- pedido de informações ao delegado da Deam de Ibirité sobre o número de casos de estupro de mulheres (com a indicação do número de casos de estupro de vulnerável) registrados na unidade, de janeiro de 2019 até o momento;
- encaminhamento à Prefeitura Municipal de Ibirité de documento entregue por Jussara Versiani, com pedido de providências para que se reavalie o afastamento da referida servidora do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- encaminhamento à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de documento em que consta denúncia apresentada por Jussara Versiani.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2019.

Ione Pinheiro, relatora.

¹ De acordo com o Ofício SN/GAB/2019, datado de 11/9/2019, expedido pelo delegado de Polícia Welington Martins Faria, que responde interinamente pela Deam de Ibirité, “desde o mês de janeiro de 2019, foram instaurados 69 inquéritos policiais visando apurar possíveis crimes de estupro de mulheres e de vulneráveis, que totalizam o número de 77 possíveis vítimas. No tocante aos citados inquéritos, 15 destes já foram concluídos e encaminhados à Justiça desta comarca, sendo que em 9 destes procedimentos, indicamos os suspeitos, inclusive culminando na prisão de alguns”.

² No contexto abordado, a expressão “cadeia de custódia” é entendida como o atendimento prestado às vítimas de violência sexual pelos profissionais da rede SUS e da área de segurança pública, incluindo a adoção de procedimentos como a coleta de vestígios para encaminhamento à perícia oficial; a orientação às vítimas de violência sexual ou ao seu responsável a respeito de seus direitos e sobre a existência de serviços de referência; a capacitação de profissionais e gestores de saúde do SUS para coleta, guarda e transporte dos vestígios coletados no exame clínico; e a capacitação de profissionais da área de segurança pública (em especial os que atuam nas delegacias especializadas de atendimento a mulheres, crianças e adolescentes), para atendimento humanizado e encaminhamento aos serviços de referência e a unidades do sistema de garantia de direitos.

Verificar, a respeito, o Decreto Federal nº 7.958, de 2013, que estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do SUS, e a Lei nº 22.256, de 2016, que institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado (em particular o art. 2º, II, e o art. 3º, VII, VIII, IX e X).

³ Requerimentos em Comissão nºs 4.221, 4.222, 4.223, 4.277, 4.278, 5.119, 5.120 e 5.121/2019, aprovados pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher em data posterior à realização da visita.

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/10/2019

Às 14h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Léo Portela, Carlos Pimenta (substituindo o deputado João Magalhães, por indicação da liderança do BMTH) e Osvaldo Lopes (substituindo o deputado Delegado

Heli Grilo, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Antonio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 412/2009, em tramitação na Câmara dos Deputados, que estabelece a autonomia da Polícia Federal, e manifestar apoio à aprovação da referida proposta. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 5.157/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater, sob a ótica da defesa civil, com a participação, entre outros convidados, de representantes do Município de Brumadinho, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG –, do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e da Vale S.A., a obra da estação de captação de água que está sendo realizada nos vilarejos de Ponte das Almorreimas, Caju e Guaribas, a 10 km do Município de Brumadinho.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Fátima Zulmira Rodrigues Bassalo, delegada de Polícia Federal e chefe da representação da Interpol em Minas Gerais; e os Srs. Maurício José Miranda Vidal, coordenador do Movimento Orgulho Nacional; Alexandre Silveira, ex-deputado federal e autor da Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 412/2009; e Tadeu de Moura Gomes, diretor regional da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal em Minas Gerais, representando o presidente. A presidência concede a palavra aos deputados Carlos Pimenta e Léo Portela, coautores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – Professor Cleiton – Ione Pinheiro.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/10/2019

Às 16h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Professor Irineu, Gustavo Mitre e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Irineu, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com os Srs. Jove Gérson Nogueira de Araújo Filho, Fernando César de Freitas Nogueira Júnior e André Oliveira Naufel de Toledo, sócios-administradores da Roinec Produções e Eventos Ltda., pela realização da 8ª edição do evento O Funeral da Porca, no Município de Itaúna. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Srs Marcus Vinicius David, reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora (13/9/2019); e Bilac Pinto, secretário de Estado de Governo (10/10/2019). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.793/2019, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja formulado voto de congratulações com Elisa Batista Dias e Hugo Batista Dias pela contribuição para a difusão da gastronomia mineira no Município de Paracatu e na região Noroeste do Estado por meio do Mercado Mineiro de Paracatu;

nº 4.799/2019, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do Carnaval no turismo em Belo Horizonte e no Estado;

nº 5.081/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da Lei Federal nº 13.885, de 2019, e do Decreto Estadual nº 44.035, de 2011, que dispõem sobre os serviços de fretamento e transporte intermunicipal de passageiros e empresas de ônibus, bem como para discutir as novas regulamentações, alternativas e seus reflexos no desenvolvimento do turismo e no bem-estar social;

nº 5.083/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da Lei Federal nº 13.885, de 2019, e do Decreto Estadual nº 44.035, de 2011, que dispõem sobre os serviços de fretamento e transporte intermunicipal de passageiros e de táxis, bem como para discutir as novas regulamentações e alternativas e seus reflexos no desenvolvimento do turismo e no bem-estar social;

nº 5.158/2019, dos deputados Professor Irineu, Virgílio Guimarães e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que seja revisto o conteúdo dos vídeos institucionais e de promoção turística da nova marca “Minas”, de modo a integrar as paisagens, os modos de fazer e viver e as celebrações de todos os grupos formadores da sociedade mineira, com particular atenção para as regiões das “Gerais”;

nº 5.159/2019, dos deputados Professor Irineu, Virgílio Guimarães e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que apoiem a realização do carnaval no interior do Estado, em Belo Horizonte e sua Região Metropolitana;

nº 5.160/2019, dos deputados Professor Irineu, Virgílio Guimarães e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre os projetos de aterramento de cabeamento nos centros históricos tombados de cidades do interior do Estado;

nº 5.162/2019, dos deputados Professor Irineu, Virgílio Guimarães e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre o processo de concessão dos parques estaduais e seu impacto esperado no turismo de Minas Gerais;

nº 5.163/2019, dos deputados Professor Irineu, Virgílio Guimarães e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de informações sobre as iniciativas da Secult voltadas à iniciativa privada e ao setor público para facilitar o acesso ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins);

nº 5.164/2019, dos deputados Gustavo Mitre, Virgílio Guimarães e Professor Irineu, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre o processo de concessão do Minascentro, inclusive sobre o seu cronograma;

nº 5.165/2019, dos deputados Virgílio Guimarães, Gustavo Mitre e Professor Irineu, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre a volta do Voe Minas, inclusive sobre seu formato de financiamento;

nº 5.166/2019, dos deputados Virgílio Guimarães, Professor Irineu e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre o processo de melhoria de infraestrutura nos equipamentos turísticos do Pico do Ibituruna e no acesso a esse local;

nº 5.167/2019, dos deputados Virgílio Guimarães, Professor Irineu e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre o processo de atração de novos voos para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins).

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sra. Ana Alice Babuso Nogueira, esposa do homenageado Jove Gérson Nogueira de Araujo Filho, e os Srs. Fernando César de Freitas Nogueira Júnior, empresário; Jove Gérson Nogueira de Araujo Filho, empresário; André Oliveira Naufel de Toledo, empresário. A presidência passa a palavra ao deputado Gustavo Mitre, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2019.

Virgílio Guimarães, presidente.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/10/2019

Às 9h13min, comparece na Sala das Comissões o deputado Virgílio Guimarães, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Virgílio Guimarães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os impactos da Lei Federal nº 13.855, de 2019, e do Decreto Estadual nº 44.035, de 2011, que dispõem sobre os serviços de fretamento e transporte intermunicipal de passageiros, de táxis, e de empresas de ônibus, em especial as novas regulamentações, alternativas e seus reflexos no desenvolvimento do turismo e no bem-estar social. Registra-se a presença dos deputados Professor Cleiton e Zé Reis (substituindo o deputado Professor Irineu, por indicação da liderança do BLP), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Marquinho Lemos, Alencar da Silveira Jr., Carlos Pimenta, Dalmo Ribeiro Silva, Tadeu Martins Leite e Doutor Jean Freire. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Carolina Mendonça de Siqueira, assessora especial do procurador-geral de justiça; e os Srs. Antônio Wilson Conceição Almeida, presidente da Associação dos Taxistas do Vale do São Francisco; Wallacy de Menezes Alves, coordenador de Fiscalização substituto, representando o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; Paulo Guedes, deputado federal; Carlos Bernardino Xavier do Vale, representando o diretor-geral de Polícia Rodoviária Federal – PRF; Leonardo Soares Ramos, Vice-Presidente do Sindicato do Comércio de Teófilo Otoni; Francisco Alves Ribeiro, presidente da Câmara de Dirigentes Logistas de Teófilo Otoni; Abdielson Adir de Freitas, presidente do Sindvans; Geraldo Filogonio Ferreira, presidente da Câmara Municipal de São João da Ponte; Salles Penedo Gazel, presidente da Associação dos Permissionários do Mercado Central de Teófilo Otoni; João Afonso Baêta Costa Machado, chefe de Gabinete do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG, representando o diretor-geral; José Raul Reis, prefeito municipal de Lagoa dos Patos. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 5.216/2019, dos deputados Virgílio Guimarães, Professor Cleiton, Marquinho Lemos, Zé Reis e Tadeu Martins Leite, em que requerem seja encaminhado ao Departamento de Edificações e de Estradas de Rodagem e ao Comando de Policiamento Especializado da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que, com o devido conhecimento e aprovação do governador do Estado, sejam suspensas as fiscalizações baseadas no Decreto nº 44.035, de 1º/6/2005, enquanto a Assembleia Legislativa discute e analisa propostas para garantir o trabalho dos taxistas no Estado, no transporte intermunicipal de passageiros, sanções e obstáculos às suas atividades e a outras que julgarem oportuno. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a

presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2019.

Professor Irineu, presidente – Virgílio Guimarães – Mauro Tramonte.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/10/2019

Às 14h12min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Marquinho Lemos (substituindo a deputada Andréia de Jesus, por indicação da liderança do BDL) e Professor Irineu (substituindo a deputada Delegada Sheila, por indicação da liderança do BLP), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 5.122/2019. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.290/2019, das deputadas Marília Campos e Ione Pinheiro, em que requerem seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para designar, com a urgência possível, uma delegada titular para a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Município de Ibirité;

nº 5.291/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Núcleo de Defesa dos Direitos das Mulheres – Nudem – pelo trabalho realizado em prol das mulheres em situação de violência doméstica e familiar;

nº 5.292/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pela criação de Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Contagem;

nº 5.293/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Ministério Público do Estado pela implantação do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

nº 5.294/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja formulado voto de congratulações com Maria Izabel Ramos pelo trabalho realizado na coordenação da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher;

nº 5.295/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja formulado voto de congratulações com Ana Cláudia Perry pelo trabalho como superintendente da Polícia Civil de Minas Gerais.

Em seguida, é aprovado relatório de visita à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – no Município de Sabará, realizada em 19/9/2019, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente – André Quintão – Gustavo Santana.

RELATÓRIO DE VISITA**Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher****Local visitado: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – de Sabará****Apresentação**

Em atendimento ao Requerimento em Comissão nº 2.575/2019, da deputada Marília Campos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher visitou, em 19/9/2019, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – de Sabará, para conhecer sua estrutura e funcionamento.

Participaram da visita a deputada Marília Campos; Bruno Gonçalves Affonso, delegado regional de Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – de Sabará; Vinícius Silva Peixoto, delegado de Polícia Civil que responde pela Deam de Sabará; Maurício de Souza Negreiros, investigador de Polícia da PCMG; Laudocínio Oliveira Salgado, investigador de Polícia da PCMG; Nádia Aparecida Bramante Bragança Basílio, escrivã de Polícia da PCMG; Mary Lucia Gomes dos Reis, investigadora de Polícia da PCMG; Gleyson Lana Silva, escrivão de Polícia da PCMG; Kaisy Franciele Correa Domingo, estagiária acadêmica da PCMG; Hamilton Alves, secretário de Cultura de Sabará; Silvânia da Cruz Corrêa, integrante do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas; Viviane Rocha Castro, integrante do Creas; Bernadete Esperança Monteiro, assessora da deputada Beatriz Cerqueira; Daniela Tiffany Prado de Carvalho, assessora da deputada Marília Campos; e Marilac Oliveira, moradora de Sabará.

Relato

A comissão foi recepcionada pelo delegado regional Bruno Gonçalves Affonso, que chefia a Polícia Civil no Município de Sabará. A deputada Marília Campos esclareceu que o objetivo da visita era conhecer o funcionamento e a estrutura da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – de Sabará. A parlamentar informou que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher escolheu a luta contra o feminicídio como ponto central da agenda de 2019. Em seguida, explicou que a comissão já visitou nove delegacias de mulheres na Região Metropolitana de Belo Horizonte e está sendo elaborado um documento que dará publicidade aos relatórios dessas visitas, o qual será lançado em solenidade na Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG – no dia 30/10/2019.

Segundo o delegado regional Bruno Gonçalves Affonso, no mesmo prédio onde funciona a Deam de Sabará, que é responsável pelas ocorrências de violência contra a mulher, também funciona a 3ª Delegacia de Polícia Civil de Sabará. Afirmou que, desde que assumiu a chefia da Polícia Civil no município, em setembro de 2016, o efetivo policial vem caindo e, atualmente, Sabará possui um efetivo aquém do necessário para o perfeito andamento das investigações policiais. Ressaltou que, de tempos em tempos, promove mutirões nas delegacias de Sabará com o objetivo de acelerar as investigações.

Vinícius Silva Peixoto, delegado de Polícia Civil que responde pela Deam de Sabará, apresentou algumas informações a respeito da delegacia: como dito, a Deam divide a estrutura física com a 3ª Delegacia de Polícia Civil de Sabará, que possui atribuição de investigação de crimes diversos, como roubos e tráfico de drogas; reconheceu que o mais adequado seria que a Deam possuísse delegada de Polícia exclusiva para atender as mulheres em situação de violência; comentou que, apesar da recente nomeação de novos delegados de Polícia, sabe que eles serão designados para atuar nas unidades policiais do interior do Estado, que estão em situação crítica, razão pela qual Sabará não receberá nenhum novo delegado ou delegada; afirmou que tramitam na Deam cerca de 1.000 inquéritos policiais; pontuou que ocorreram dois feminicídios tentados em 2018 e em 2019, contudo esclareceu que esses crimes são investigados pela delegacia especializada de homicídios de Sabará; afirmou que em 2018 ocorreram 1.285 casos de violência contra mulheres e em 2019 esse número já chegou a 621; ressaltou que os números de violência contra as mulheres estão estáveis nos últimos três anos; esclareceu que o efetivo atual da delegacia é de um escrivão e três investigadores, e que o ideal seria a unidade contar com dois escrivães, mas sabe que o organograma da instituição não permite; como a unidade policial funciona apenas nos dias

de semana, afirmou que as ocorrências policiais nos finais de semana são encaminhadas à delegacia de plantão de Sabará, que, após formalizá-las, as encaminha para a Deam; ressaltou que Sabará possui unidade do Instituto Médico Legal – IML –, mas que não funciona aos finais de semana, razão pela qual, em casos de extrema urgência, a vítima é encaminhada para o IML de Belo Horizonte; esclareceu que o deferimento da medida protetiva não exige necessariamente o exame de corpo de delito, contudo, para que se comprovem no inquérito policial determinados tipos de crimes, como lesões corporais, é necessário realizar o referido exame; relatou que solicita ao Poder Judiciário cerca de 30 medidas protetivas por mês; afirmou que a estrutura da delegacia é boa, haja vista que possuem computadores, impressoras e viaturas novas; afirmou que a relação com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Polícia Militar e a Prefeitura Municipal é boa; asseverou que a Polícia Militar não conta com Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD –, mas que os policiais militares que atuam nas ocorrências são muito bons; questionado pela parlamentar acerca do trabalho ou política pública que a delegacia desenvolve com os autores de violência contra a mulher, respondeu que sua atividade consiste em prendê-los; questionado pela deputada acerca do número de casos de estupro de vulnerável registrados na delegacia, respondeu que, desde o início do ano, foram registrados 33 casos, sendo que, na quase totalidade deles, o agressor é alguém próximo da vítima.

Gleyson Lana Silva, escrivão da Deam, pontuou que todas as pessoas que procuram a delegacia são prontamente atendidas. Acerca dos casos de estupro de vulnerável, comentou que a maioria deles chega à delegacia por encaminhamento de outros órgãos públicos, como escolas ou conselho tutelar.

Mary Lucia Gomes dos Reis, investigadora da Deam, defendeu que as políticas públicas voltadas para a reestruturação social das vítimas de violência são mais importantes do que aquelas voltadas à conscientização dos agressores. Isso porque, em sua opinião, grande parte das mulheres vítimas de violência são dependentes financeiramente dos agressores. Assim, deve-se diminuir a vulnerabilidade social e econômica dessas mulheres para que elas possam deixar o relacionamento abusivo. Caso essas políticas não existam, muitas mulheres acabam permanecendo nesses relacionamentos abusivos, sendo constantemente vítimas de violência doméstica, pois não têm condições financeiras de se manter ou de procurar um local para morarem.

Hamilton Alves, secretário de Cultura de Sabará, afirmou que o município colabora como pode para dirimir o problema da violência contra as mulheres. Afirmou que o imóvel onde está localizada a Deam foi cedido pelo ente municipal e que o município conta com a Coordenadoria de Mulheres e com o Conselho de Mulheres, além de fazer parte do Consórcio Mulheres das Gerais. Segundo o secretário, a prefeitura tem trabalhado bastante para o empoderamento das mulheres sabarenses, incentivando-as a se profissionalizarem na atividade do artesanato e a se associarem. Questionado se tais iniciativas seriam apenas para as mulheres vítimas de violência, respondeu que as políticas públicas são destinadas a todas as mulheres do município, independentemente se foram vítimas de algum tipo de violência.

Viviane Rocha Castro, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas –, afirmou que, desde o início do ano, o centro acompanha 54 casos de mulheres vítimas de violência. Ressaltou que o atendimento é realizado por equipe multidisciplinar e que o centro, até o momento, não atua com os autores dos atos de violência contra mulheres.

Marilac Oliveira, vítima de violência, estava na delegacia para registrar uma ocorrência policial. Ela prestou depoimento emocionado sobre seu drama pessoal: seu irmão, por questões patrimoniais, pratica violência física e psicológica contra ela. Relatou que tinha medida protetiva contra ele, contudo, por meio da contratação de advogados, seu irmão conseguiu retirar a medida protetiva. Afirmou que estava na delegacia para registrar uma nova agressão perpetrada por seu irmão e solicitou, no mesmo ato, que o delegado requeresse ao Poder Judiciário a concessão de nova medida protetiva. Marilac teceu muitos elogios ao atendimento do delegado de Polícia Vinícius Peixoto, afirmando que ele procedeu sua oitiva de forma qualificada e diferenciada. Por fim, ressaltou que, ao contrário do que muitos pensam, não apenas companheiros, namorados ou maridos praticam violência contra as mulheres. Até mesmo irmãos, como é o seu caso, podem praticar violência contra as próprias irmãs.

Ao final da visita, a deputada Marília Campos agradeceu aos policiais civis pela acolhida. Ponderou que as visitas têm permitido uma importante aprendizagem sobre a atividade policial relacionada à violência contra as mulheres e, também, sobre a situação dos municípios visitados. Segundo a deputada, esse aprendizado contribui para que, juntos, soluções efetivas possam ser encontradas para o problema da violência contra a mulher em todo o Estado. A deputada informou que propôs uma emenda parlamentar, no valor de R\$300.000,00, destinada à melhoria da estrutura das Deams do Estado. Por fim, a parlamentar reforçou o convite aos presentes para participarem do evento referenciado por ela no início da visita, a ser realizado dia 30/10/2019, na ALMG, de lançamento do documento que dará publicidade aos relatórios das visitas às Deams realizadas pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher em 2019.

Conclusão

A comissão cumpriu a finalidade da visita, tendo obtido esclarecimentos acerca do funcionamento e da estrutura da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – de Sabará.

Em sua decorrência, foram aprovados, posteriormente, requerimentos¹ com o seguinte teor:

– pedido de providências à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – para designar uma delegada de Polícia para a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Sabará, haja vista que atualmente a delegacia se encontra sem delegada titular;

– pedido de providências à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – para implementar a Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD – no Município de Sabará;

– pedido de providências à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – para destinar um prédio novo, na região central de Sabará, para abrigar a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam;

– pedido de providências à Prefeitura Municipal de Sabará para aderir aos programas e políticas públicas aprovados pelo Poder Executivo Estadual com vistas a reduzir os índices de violência doméstica no município;

– pedido de providências à Prefeitura Municipal de Sabará para estruturar a Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres do Município de Sabará.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2019.

Marília Campos, relatora.

¹ Requerimentos em Comissão n.ºs 4.473, 4.474, 4.475, 4.476 e 4.478/2019 aprovados na 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, realizada em 26/9/2019.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 4 de novembro de 2019, destinada a homenagear o Instituto de Ciências Penais – ICP – pelos 20 anos de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 1º de novembro de 2019.

Agostinho Patrus, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Andréia de Jesus e os deputados Betão, Bruno Engler e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 5/11/2019, às 18h30min, em Contagem, com a finalidade de, em audiência pública, debater as violações dos direitos humanos em Contagem no que se refere ao direito à cidade, em especial à qualidade de vida e ao bem viver, ao acesso ao lazer e ao espaço público, ao meio ambiente urbano e aos equipamentos sociais e culturais.

Sala das Comissões, 1º de novembro de 2019.

Leninha, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.369/2018****Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência****Relatório**

De autoria do deputado Alencar da Silveira Jr., a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Surdos e Mudos do Alto São Francisco – Asasf –, com sede no Município de Arcos, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.369/2018 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Surdos e Mudos do Alto São Francisco – Asasf –, com sede no Município de Arcos, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo prestar serviços ou ações socioassistenciais visando a habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção da inclusão à vida comunitária.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública. Porém, apresentou a Emenda nº 1, que visa adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, prestar assistência social, desportiva e cultural visando a integração de pessoas surdas; oferecer cursos de aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais – Libras – e conscientizar a comunidade sobre as reais potencialidades e limitações dos surdos.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação dos Surdos e Mudos do Alto São Francisco – Asasf –, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.369/2018, em turno único, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2019.

Professor Wendel, relator.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 31/10/2019, a seguinte comunicação:

Do deputado Sávio Souza Cruz em que notifica o falecimento de Celso Borba, ocorrido em 31/10/2019, em Felixlândia. (– Ciente. Oficie-se.)



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 100ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/10/2019

A deputada Leninha – Boa tarde, Sr. Presidente, caros colegas e os que nos acompanham também pelas redes sociais. Bom, o que me traz a este Plenário, hoje à tarde, são dois assuntos. Primeiro – e estou vendo o deputado Virgílio Guimarães aqui –, ontem houve uma audiência sobre o transporte alternativo, os taxistas, e, de fato, também tenho acompanhado a luta daqueles que querem trabalhar – e trabalhar decentemente, honestamente. Nós, que somos do interior, sabemos o quanto importante é o trabalho dos taxistas, seja para o transporte de pessoas de um município para outro, seja para levar encomendas. Infelizmente, tive um problema e não consegui chegar a tempo da audiência, mas eu queria me colocar solidária, nesta tarde aqui, à luta dos taxistas, dos motoristas dos transportes alternativos, entendendo o grande serviço que prestam à população. Quando dizemos isso, lembramos, por exemplo, as pessoas que estão ainda mais distantes das sedes dos municípios e precisam se deslocar para outro município – grande parte, inclusive, para resolver problemas de saúde. O quanto é fundamental o táxi, que, além de trazê-los nos horários corretos para as consultas, os exames, deixa-os em casa. Nós, enquanto cidadãos, podemos e devemos escolher qual tipo de transporte devemos usar; é uma livre escolha de cada um e de cada uma, por isso não poderia, publicamente, deixar de ser solidária ao movimento que houve aqui, na Assembleia, ontem. A gente segue junto na luta para a liberação desse tipo de serviço.

Bom, o segundo assunto tem a ver com o ensino superior daqui de Minas Gerais, de modo muito especial da Uemg e da Unimontes. Desde o início da nossa legislatura, quando viramos o ano, viemos aqui para denunciar os cortes que o governo Zema fez no ensino superior em Minas Gerais. Estamos falando de duas instituições importantes não só para a produção de conhecimento, mas também para a pesquisa, para a extensão, para fazer o debate sobre desenvolvimento regional, inclusive, para esse debate da matriz econômica com que nós, mineiros e mineiras, estamos preocupados desde – vamos dizer – os crimes ambientais, sociais e humanos das mineradoras.

Bom, primeiro, na reforma administrativa, a gente viu um certo esquitejamento da política. Como é isso? Primeiro, o ensino superior foi para a Secretaria de Estado de Educação, não é, Betão? E, segundo, a parte de orçamento, a parte de pesquisa e extensão foi para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. O que nós estamos falando sobre a Unimontes, de modo muito especial, mas também sobre a Uemg? Vejam só como acontecem hoje, desde o começo do ano, os cortes de bolsas; e fizemos várias denúncias aqui das ameaças concretas à pesquisa e extensão em Minas Gerais, dos cortes da Fapemig, dos cortes de bolsas para estudantes dessas duas universidades que têm nessas bolsas também a possibilidade de permanecer

na escola, permanecer na universidade, permanecer estudando; muitos deles tendo a bolsa como, de fato, um apoio para mantê-los na cidade, já que suas famílias moram nas comunidades rurais, e eles têm a oportunidade do ensino público, mas não têm a oportunidade de permanecer no ensino público devido à falta de bolsas.

Pois bem, ontem à noite, o pessoal da Unimontes, da Associação dos Docentes da Unimontes nos falou que recebeu um comunicado, inclusive assinado pelo secretário, o Otto Alexandre Levy Reis – quer dizer, ele não enviou, mas o secretário enviou para a universidade –, cortando a concessão da dedicação exclusiva dos professores.

Se não me engano, na Uemg são, em média, 50 professores. Na Unimontes, em média, 100 professores. São professores, mestres, doutores que, ao longo dos anos, vêm fazendo pesquisa e extensão nessas duas instituições. O que estranha é porque é uma concessão. De fato, o conselho superior da universidade concede dedicação exclusiva para os professores se dedicarem à pesquisa, à extensão e à produção de conhecimento. Agora, ao retirarem abruptamente essa concessão, isso revela o sucateamento, revela esse processo de privatização que nós estamos percebendo do ensino superior em Minas Gerais. Revela que, mais uma vez, o governo Zema corta as condições e recursos para professores do ensino superior da Uemg e da Unimontes.

É lógico. A consequência de uma atitude como essa coloca em xeque a pesquisa, o desenvolvimento e a produção do conhecimento, dada a condição de cada professor para fazer o seu trabalho além da sala de aula. A Unimontes, só nos últimos anos, perdeu mais de cem doutores. Olhem só as condições. As pessoas passam no concurso e entram para a universidade. Quando as condições não são favoráveis ao trabalho desse profissional, é lógico que ele vai procurar outra instituição, de modo bem claro as universidades federais, cujos salários são melhores, cujas condições são melhores.

Nós já havíamos feito denúncias sobre isso aqui. Há professor universitário ganhando menos de um salário mínimo. Por isso que a gente denunciou que era importante discutir o plano de carreira, que era importante abrir o diálogo e a negociação. Não dá para tomar uma decisão unilateral, sem ouvir os professores, sem ouvir as associações que os representam.

Por isso minha fala aqui é no sentido de sensibilizar. É possível fazer um processo. Se do ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal não for possível mais manter a dedicação exclusiva, que seja um processo construído, para não prejudicar a pesquisa, para não prejudicar a própria vida do profissional, do professor da universidade. Imaginem, existe professor que está em dedicação exclusiva desde 2012. Se o governo fala: “Não, a partir de 2020, nós não vamos mais conceder a dedicação exclusiva”, é lógico que os professores estariam num processo de planejamento não só das pesquisas mas também de sua vida pessoal. Agora, fazer corte de uma condição que implica não só salários mas também trabalho docente, trabalho de extensão, da noite para o dia, é uma violência. É uma violência e um atentado contra essas duas instituições, que para nós são instituições importantes.

No caso muito especial da Unimontes, o que a gente tem feito é tentado construir. Inclusive, com a Secretaria de Estado de Educação, já fizemos uma primeira reunião de diálogo, de conversa, de consertação da política, entendendo o momento que nós estamos vivendo. Mas não podemos, de forma arbitrária, na nossa avaliação, de cima para baixo, fazer um corte desse da noite para o dia.

Então nós queremos reiterar o nosso compromisso com a qualidade do ensino superior; reiterar o nosso compromisso com o trabalho docente; reiterar nossa luta pela universidade pública, gratuita e de qualidade para todos e todas. Privatizar, que parece é o que está acontecendo, é o que se sinaliza para o ensino superior em Minas Gerais, é algo que a gente não deve aceitar como natural. Devemos proteger, devemos garantir essas duas universidades. Mais que isso, devemos cuidar das pessoas que fazem com que o ensino superior em Minas Gerais, aqui do Estado, seja um dos melhores. Por isso é preciso cuidar do corpo docente, do corpo administrativo e fazer um espaço de diálogo, como a gente vem chamando, para poder pensar um dos melhores caminho para o ensino superior em Minas Gerais.

Então somos contra. Não é da noite para o dia que essa comissão do orçamento e finanças, em conjunto com a Pró-Reitoria de Planejamento, encaminha notificação de cancelamento da concessão da dedicação exclusiva a aproximadamente, como eu disse,

cem professores efetivos da Unimontes e a uma média de cinquenta professores efetivos da Uemg. É importante que se abra um caminho para o diálogo, para a negociação, em um ambiente equilibrado e harmonioso, entendendo que temos divergências, mas acima de tudo não podemos adotar uma atitude tão unilateral assim com o ensino superior em Minas Gerais.

Por fim, vamos ter, daqui a pouco, uma audiência do povo cigano. É uma audiência importante porque, por causa do imaginário social brasileiro, o povo cigano sofre muito preconceito e discriminação. Há muita falta de informação sobre esse povo. São quase quinhentas mil pessoas que fazem parte do povo cigano.

E eles procuraram, de fato, a comissão, para a gente pensar a política pública para um povo que não é só nômade, porque o povo também está lutando pelo seu território, para ter uma moradia, para ter dignidade e ter acesso à política pública. Por isso, daqui a pouco, a gente vai convidar todos e todas a conhecer um pouco mais sobre o povo cigano em Minas Gerais. Todos e todas estão convidados.

Sr. Presidente, muito obrigada, e uma boa tarde a todos e todas.

O deputado Virgílio Guimarães* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu queria chamar a atenção para uma coisa aparentemente banal, mas em que nem sempre as pessoas prestam atenção. Se você pegar um mapa ou se alguém pegar um mapa do Estado de Minas Gerais, um mapa completo, um mapa comum, um mapa grande, de parede, um atlas, e prestar atenção no mapa de Minas, como em qualquer mapa, verá que ele é todo tracejado, na vertical e na horizontal. Na vertical, estão as coordenadas geográficas: longitude e latitude de cada lugar. No traço horizontal, estão os paralelos que dividem o globo terrestre.

Se você prestar mais atenção ainda vai ver que Minas Gerais está inteiramente entre o Paralelo 14 Sul e o Paralelo 23 Sul. Mas, se você olhar com mais atenção, verá o que está um pouquinho acima da metade de Minas Gerais, e esse aqui será o meu bordão, isto é, vou repetir isso nos meus próximos 50 discursos. Aqui passa o fatídico Paralelo 18. O Paralelo 18 corta Minas em duas partes: a parte norte, a parte meridional, que pega 44% do território mineiro, aproximadamente; e a parte setentrional, ao Sul do Paralelo 18, que pega os outros 56% do território mineiro. Vou repetir isso aqui sem parar, porque não tem cabimento. Nós assistimos a 44% do território mineiro ser agredido do ponto de vista das propostas do governo, ser agredido do ponto de vista cultural e ser desconhecido em todos os momentos.

Não tem cabimento nós, que representamos essa parcela de Minas, aguentarmos, sem nos manifestarmos, a indignação com isso que se abate sobre a porção nordestina, a porção mais pobre de Minas Gerais. Fiquei indignado quando vi, aqui, o secretário de Cultura apresentar o seu programa com mais de duzentas fotos e nenhuma foto, nenhum fato, nenhuma referência em relação à parte Norte de Minas e à parte setentrional, acima do Paralelo 18. Nada! Mas eram apenas fotos, referências, apenas discriminações naturais que existem em todos os instantes. Mas, quando nós recebemos o orçamento, presidente, aí, sim, que a nossa indignação ultrapassou todos os limites. Vimos ali uma orquestra filarmônica. Minas tem uma orquestra sinfônica, mas vimos uma orquestra filarmônica receber R\$17.000.000,00. Uma orquestra filarmônica, em todo o mundo, significa orquestra privada, porque *filo* significa amigo. “Filosofia” significa amigo do pensamento; “filantropia” significa amigo da humanidade; e “filarmonia”, são os ricos que pagam a orquestra filarmônica. E em Minas Gerais isso é pago com dinheiro público, e nós temos a orquestra sinfônica.

Quem tem duas orquestras, que eu saiba, é Nova York, é Los Angeles, é Rússia. Nos Estados Unidos só há três. É Berlim, e, aqui, a Secretaria de Cultura agride o grande Norte de Minas, que é o Baixo Jequitinhonha, o Médio Jequitinhonha. O Norte de Minas, o Noroeste de Minas, grande parte do Alto Jequitinhonha sem nada. Nada! Despeja esse recurso. Nem um luxo. Não sou contra ela existir, mas que exista como “filarmonia”, que receba recursos privados, sobretudo em um estado que está assim.

A indignação com a cultura, Sr. Presidente, não tem nenhum paralelo com a indignação que temos diante da Secretaria de Obras. A Secretaria de Obras, depois de declarar o seu amor pelo Norte de Minas, declarar o seu amor por esses 44%... E aqui, Doutor Jean, não é a região mais pobre, é a região rica, que tem tudo, mas é pobre em relação aos recursos que recebe, à atenção que recebe. Essa porção de Minas Gerais, onde se concentram os bolsões de pobreza da nossa população mais sofrida, de R\$2.700.000.000,00 de

investimentos próprios – de investimentos próprios, de investimentos próprios, deste estado combalido –, recebeu uma emenda, uma dotação orçamentária, entre 109 prioritárias, uma, uma de R\$203.000,00. Essa é a declaração de amor feita a essa porção de 44% acima do Paralelo 18. De 109 obras, uma. Zero para o Baixo Jequitinhonha, zero para o Médio Jequitinhonha, zero para o Mucuri, zero para o Noroeste de Minas. Mas o Norte de Minas foi beneficiado, recebeu uma: a reforma de uma escola rural; reforma de uma escola rural em um distrito, no mais pobre dos 853 municípios de Minas Gerais.

Recebemos esse quinhão, e junto com esse quinhão, que vou fiscalizar, quero ver essa escola reformada ali, em São João das Missões. Recebemos essa bofetada de um secretário que teve a coragem de vir aqui declarar seu amor pela região; e é a região que mais arrecada para essa secretaria. Ali são gerados recursos próprios pela cobrança de um pedágio que tem um preço absurdo. Esse pedágio tem que ser corrigido, e nós vamos corrigi-lo aqui, no Plenário, adotando aquilo que está previsto no contrato feito para a cobrança do pedágio na porção norte da rodovia, na BR-135, já concedida para nós. Sequer foi feito o asfaltamento de um pequeno trecho que liga Itacarambi a São João das Missões. Um trecho de pouco mais de 16km precisa receber asfalto. Nem isso! Quem paga o pedágio mais caro do Estado ainda viaja em estrada esburacada, sem receber benefício nenhum. E isso nós vamos corrigir pelo voto aqui.

Declaro aqui, Sr. Presidente, que não aceito votar nada antes de corrigir essas injustiças, essa agressão que nós recebemos. Quero fiscalizar cada centavo daquele pedágio, que tem que ser aplicado inteiramente ali, nas obras do Norte de Minas. Estamos dispostos a ceder, a ajudar o restante do Estado, mas não tem cabimento receber – de R\$2.700.000.000,00 em obras do Estado, de um estado combalido, de um estado falido – R\$203.000,00. Esse é o preço de reforma de um apartamento de classe média alta aqui e é a totalidade dos recursos mandados para aquela região inteira.

Falo isso aqui, Sr. Presidente, porque, se não o fizer, terei que ir ao Norte de Minas pedir desculpas às pessoas pelos votos que recebi lá. Obtive mais de setenta mil votos nessa porção e vou honrá-los aqui. Não aceito isso! Depois de aceitar colaborar para ajudar a financiar as novas concessões, depois de dar abertura para discutir com a secretaria tudo isso, de ceder para depois ter o recurso devolvido para o Norte de Minas, e agora não receber nada? Receber nada? O desconto, o incentivo no valor do pedágio está previsto em contrato e tem que ser aplicado, tem que ser aplicado aqui.

É bom porque vejo aqui o deputado Guilherme, que conhece as minhas posições sobre o assunto.

Sr. Presidente, fica aqui, portanto, marcado que a nossa região precisa se insurgir contra a discriminação, contra a discriminação histórica.

Daqui a poucos dias, estaremos comemorando 130 anos de República. Se não me engano, qualquer coisa como 52 pessoas diferentes ocuparam o governo do Estado. Dessas, nenhuma, zero tem a sua origem de nascimento ali, nessa porção sofrida de Minas Gerais. Dos mais de 50 vice-governadores, nenhum esteve ali. Portanto, nós, que somos os representantes legítimos e combativos da região, não vamos abrir mão, não vamos aceitar isso, não vamos aceitar no orçamento, não vamos aceitar isso da cobrança de pedágio. Vamos nos insurgir de maneira total contra a discriminação que sofremos. O Estado tem uma equipe boa em muitos lugares. Felizmente os tenho reconhecido, tenho mantido um diálogo e uma colaboração, mas lamento, profundamente, que duas secretarias, a de Cultura e de Obras, reservaram para essa porção sofrida a bofetada do desprezo, que não será aceita por nós, que representamos aquela região.

Portanto, presidente, fica escrito aqui: exijo a votação da questão do pedágio exorbitante, que não devolve sequer as obras de manutenção que estão ali previstas. Vou fazer questão de olhar em todo o orçamento centavo por centavo, ver para onde vão essas obras. Temos de dar o retorno que as nossas regiões merecem.

Vejo aqui os bravos companheiros também representantes do Vale do Jequitinhonha – Dr. Jean, Marcos Lemos – e os representantes também do Vale do Mucuri. Não vamos aceitar esse tipo de discriminação no orçamento, nem em momento algum. Nós, que fomos discriminados, talvez, por uma representação política débil, para não ser injusto aqui, Dr. Fernando, que é de uma

região com grandes vultos da nossa história mineira, tivemos lá no império um governador, por menos de dois anos, nascido em Montes Claros, um bravo cidadão, mas ainda na época de D. Pedro. Quem sabe nós é que devemos resgatar a autoridade política que nos faltou ao longo dessa República. Cabe a nós aqui, da Assembleia, fazer a nossa parte, sem lamentar, sem pedir, sem implorar a ninguém. Vamos fazer a nossa parte. Vamos fazer propondo, bloqueando, agindo, exigindo, impondo, fazendo o que for possível, mas da forma como está não fica. Isso não fica! Está a declaração feita aqui. Que me ouçam os representantes das Secretarias de Obras e de Cultura.

O Estado luta com dificuldades. Vamos ajudar, porque é para ajudar Minas. Não vou ajudar governo algum. É Minas Gerais que está em discussão. A legislação que vamos votar aqui é uma legislação para ficar. O sistema tributário que vamos votar é um sistema tributário para ficar. Os ajustes fiscais que faremos, e se fizermos, serão ajustes necessários para ficarem. Portanto, contem conosco, com a nossa bancada brava. Pode ser do tamanho que for, mas autêntica, legítima, de luta e de competência, mas não vamos aceitar essa discriminação que é colocada de maneira abjeta, inaceitável. Isso não fica assim.

Fica aqui, portanto, ao mesmo tempo, o afago, mas também a mão que mostra a capacidade de resposta daquilo que recebemos dessas duas infelizes e infames secretarias.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, este aqui é o primeiro pronunciamento que faço em defesa da porção Norte do Paralelo 18, essa porção sofrida, discriminada, sobretudo em duas secretarias. Ainda bem que são duas secretarias. Espero que isso não se alastre. Espero que voltem atrás, mas quem tem de fazer a volta por cima somos nós, no Plenário, votando projeto de lei, votando as nossas emendas. Quem for contra que vote contra. Se passar, se o governo não concordar, que veto e que a Assembleia observe os vetos, mas como está é inaceitável, porque não pedirei desculpas pelos quase oitenta mil votos que tive na região. Do contrário, eu teria de, humildemente, ir lá me arrepender de um dia ter pedido voto, tendo-os recebido e não os tendo honrado da tribuna desta Casa. É apenas o que faço neste momento. Não é uma declaração de guerra. É uma declaração de amor a uma região que precisa ser reconhecida e amada. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia, eu fiquei um pouco preocupado, deputado Virgílio Guimarães, com a fala de V. Exa., que coincide inclusive com a retirada do Projeto de Lei nº 1.205, que trata da antecipação dos recebíveis hoje e que estava na Comissão de Administração Pública. O projeto tem, na sua fundamentação, o pedido de autorização legislativa para poder colocar em dia o pagamento do 13º salário em uma parcela única e os salários dos servidores públicos civis e militares no quinto dia útil. Eu fiquei um pouco preocupado, porque os servidores já vão completar quatro anos de parcelamento. Salário de deputado não está parcelado; salário de servidores do Legislativo não está parcelado; salário de juizes, desembargadores e servidores do Tribunal de Justiça não está parcelado; salário de promotores, procuradores e servidores do Ministério Público não está parcelado; salário dos conselheiros e servidores do Tribunal de Contas não está parcelado. Então, eu fico preocupado. Mas quero aqui, deputado Coronel Sandro e deputado Bruno Engler, anunciar que, a partir da semana que vem, nós vamos mobilizar os servidores da segurança pública para comparecerem ao Plenário desta Casa, porque, infelizmente, depois que suspenderam a reunião de hoje para votar o PL nº 1.205, de 2019, na Comissão de Administração Pública, eu passei a levantar um pouco mais a atenção e a ficar mais preocupado, porque não foi assim na votação do aumento salarial dos professores do governo do PT. Não houve obstrução aqui; ao contrário, todos nós votamos favoravelmente ao aumento dado aos servidores da educação, e por duas vezes. Inclusive votamos a proposta de emenda constitucional, que eu disse que não surtiria o resultado jurídico pretendido. Falei isso várias vezes, fui vaiado aqui neste Plenário, mas assinei a PEC, votei na comissão e votei favoravelmente.

Deputado Coronel Sandro e deputado Bruno Engler, fico muito assustado, e, a partir da semana que vem, traremos os servidores da segurança pública para lotar as galerias, porque eles não aguentam mais. São quatro anos de parcelamento e quase cinco

anos sem reposição da perda inflacionária. Então nós não podemos permitir. Esse projeto deveria estar tramitando em caráter de urgência, mas não! Eu fiz um levantamento, deputado Coronel Sandro, deputado Bruno Engler, de todos os projetos do governo Pimentel: foram mais de vinte e cinco projetos, todos eles em caráter de urgência. Aí, o que a gente ouve nos bastidores é o seguinte: “Romeu Zema, não peça urgência no projeto. Deixe que nós votemos lá”. Para quê? O que está por trás desse pedido? Eu espero que a posição do conjunto de deputados e deputadas seja absolutamente republicana, porque os servidores não aguentam mais, não. O servidor público não aguenta mais!

Nós precisamos votar esse projeto em caráter de urgência. Quem está com as contas combalidas, quem tem um nível de suicídio aumentado são os servidores, não é o deputado, não é o servidor da Assembleia, não é o Judiciário, não é o Ministério Público. Eu estarei aqui, vigilante, 24 horas por dia, de segunda a sexta.

O PL nº 1.205/2019 deveria estar tramitando em caráter de urgência, porque nele está escrito que este projeto visa pagar em parcela única o 13º salário do funcionalismo, a regularização do pagamento dos servidores, e também o repasse aos municípios. Então, eu fico estarecido.

O deputado Coronel Sandro (em aparte)* – Deputado Sargento Rodrigues, obrigado.

Olha, nós estamos num processo de negociação com o governo para fazer com que o salário seja pago no quinto dia útil, com que o 13º salário seja pago no ano, no exercício, e uma das condições que o governo colocou para poder fazer isso e inclusive discutir a recomposição salarial era o projeto de antecipação desses recebíveis, que já foi enviado para a Casa. O governo já cumpriu a parte dele, agora somos nós, deputados, que estamos atrasando o processo de votação para que o servidor receba o seu 13º salário.

Então, eu vou dizer uma coisa para V. Exa.: nós, a partir da semana que vem, temos o dever de convocar todos da segurança pública, que é o nosso segmento de funcionalismo, para estar aqui. Esse projeto, por uma questão de decência deste Parlamento, precisa entrar em votação rapidamente, porque não cabe a nós ficarmos aqui atrasando o tramitar do PL nº 1.205, porque dezembro já está aí batendo às portas.

Então, deputado Sargento Rodrigues, concordo com V. Exa., se é para manifestar e para colocar pressão na Casa, nós sabemos fazer, se precisar disso. Eu acho que não precisa, não, é só a gente conversar para que deem o regime de urgência para este projeto tramitar. Parabéns a V. Exa. por ter abordado este assunto aqui.

O deputado Sargento Rodrigues* – Deputado Coronel Sandro, V. Exa não tenha dúvida de que nós já estaremos, a partir de agora, deste momento... V. Exa. pode ocupar as suas redes sociais, assim como o deputado Bruno Engler, a deputada Delegada Sheila, o deputado Grilo, porque nós, os cinco deputados, estamos em contato com o governo desde o primeiro momento, deputados, e sabemos que precisamos aprovar este projeto para colocar em dia o salário do servidor.

Eu vou repetir: salário de deputado, de juiz, de promotor, de desembargador e de conselheiro não está parcelado. Então, nós precisamos, no mínimo, de ter dó. Nós precisamos, no mínimo, de ter dó do servidor. Aprovar este projeto é urgente, urgente. Eu estou indignado, deputado Coronel Sandro, deputado Bruno Engler, de saber que uma reunião que estava marcada para hoje, às 10 horas, na Comissão de Administração Pública, foi cancelada. E ela era exatamente para quê? Para apreciar o Projeto nº 1.205/2019, que trata do adiantamento dos recebíveis.

Então, queria fazer um apelo, deputado Virgílio Guimarães, para que a gente pudesse obstruir regime de recuperação fiscal, venda de Copasa, de Cemig – não serei eu quem obstruirá, porque sou favorável – e, primeiro, resolver o problema dos servidores. Aí, sim, porque nós precisamos pensar agora nos servidores civis e militares, não os da segurança, não. Quero deixar isso claro. Não apenas os servidores da segurança, mas o conjunto de todos os servidores civis e militares.

Então, eu estou estarecido pelo cancelamento desta reunião de hoje, da Comissão de Administração Pública, comissão essa de que sou membro efetivo. Quero entender que, já que não foi votado hoje, que seja votado o mais rápido possível, na Comissão de Fiscalização, e a gente vote em Plenário, em 1º e 2º turnos, porque assim nós devolveremos e falaremos: “Governador, o senhor não

escreveu no projeto que é para pagar o 13º salário em dia, em uma parcela única em dezembro, e colocar no quinto dia útil o salário? Está aqui aprovado, agora nós queremos a resposta, senão o servidor vai cobrar é do senhor?”. Mas nós precisamos fazer a nossa parte, não podemos ficar aqui de braços cruzados olhando para o tempo, perguntando se vai ser assim, se vai ser assado.

O deputado Virgílio Guimarães (em aparte)* – Muito obrigado. Quero apenas acrescentar, nobre deputado Sargento Rodrigues, que, além desse projeto, há outro que também precisamos votar este ano, para a questão da anterioridade e da anualidade, que é o Projeto nº 1.014, que trata das questões relativas ao ICMS, aos adicionais relativos aos bens supérfluos, aos produtos supérfluos. Enfim, há uma série de medidas que são imprescindíveis para apoiar o governo, ou seja, Minas Gerais, com o governo que tem, diante da crise fiscal que se coloca.

Faço questão de acrescentar e também de deixar clara a minha posição. Fiz, há poucos minutos, um discurso indignado contra duas secretarias e fiz questão de dizer que eu também continuo disposto a ajudar até a Secretaria de Transportes. Foi a primeira que me dispus a ajudar – a primeira –, e que retribuiu com uma bofetada em mim, numa região inteira, no meu eleitorado inteiro. E isso não se admite, mas isso não me faz recuar na ideia de que temos que ajudar o Estado, os servidores, e lutar pela higidez, ou seja, pela salubridade das contas do nosso estado, que afinal é quem pagará todos os benefícios pelos quais lutamos aqui nesta Casa.

O deputado Sargento Rodrigues* – Agradeço a V. Exa. e concedo aparte ao ilustre deputado Bruno Engler.

O deputado Bruno Engler (em aparte) – Deputado Sargento Rodrigues, quero parabenizar V. Exa. pelo discurso e corroborar a fala sobre a necessidade de aprovarmos o Projeto nº 1.205.

Desde o início do ano, nas negociações com o governo em relação aos servidores da segurança pública, a Seplag já tem nos falado da necessidade de aprovação desse projeto para colocar no 5º dia útil, em parcela única, o pagamento do salário de todos os servidores, não apenas os da segurança pública, e também o pagamento integral do 13º salário. É um projeto de adiantamento de recebíveis, não é privatização, não é nada ideológico. É um projeto necessário para ajudar a tirar os servidores de Minas Gerais de uma situação muito difícil. Então, se um deputado trabalha contra esse projeto, seja por obstrução, seja votando contra, ele está efetivamente trabalhando contra os servidores públicos de Minas Gerais, e isso precisa ficar bem claro.

V. Exa. tem todo o meu apoio nessas articulações para que possamos votar, o mais rápido possível, o Projeto nº 1.205.

O deputado Sargento Rodrigues* – Obrigado, deputado Bruno Engler. Aproveitando a fala de V. Exa., já quero deixar claro que havendo qualquer tentativa de obstrução ao PL nº 1.205, nós sairemos às redes sociais e apontaremos os nomes, e não será de forma anônima. Nós falaremos: “Deputado fulano de tal está obstruindo o projeto”. Porque não é o salário dele que está parcelado. Eu não tenho problema nenhum em fazer o enfrentamento e o debate com deputado aqui, na tribuna, e nas comissões, mas nós não podemos permitir isso.

Queria parabenizá-lo, deputado Dalmo, pois V. Exa. cumpriu aquilo que disse que faria, que era dar celeridade ao PL nº 1.205, inclusive como relator lá na CCJ. V. Exa. cumpriu a sua parte. Mas eu fiquei muito surpreso – eu, o deputado Osvaldo Lopes e os demais colegas que compõem a Comissão de Administração Pública –, porque ontem o projeto foi distribuído de forma avulsa para a reunião de hoje, às 10 horas da manhã. Simplesmente acontecem algumas ligações nos bastidores – porque, por enquanto, é nos bastidores –, e o presidente da comissão cancela a reunião.

Olhe, o que vale mais? O que tem mais peso? Será que não é o salário em dia dos servidores? Será que não é... Porque, se o governador não tivesse escrito, na fundamentação do projeto, que a sua aprovação será prioritariamente para colocar em dia, no 5º dia útil, o salário dos servidores civis e militares, o pagamento em parcela única do 13º e também para quitar parcialmente a dívida com os municípios, se não tivesse escrito isso, tudo bem. Aí o deputado poderia baixar o projeto em diligência e pedir maiores informações. Mas está muito claro. Está muito claro!

Então eu queria fazer um apelo aos Srs. deputados e às Sras. deputadas, principalmente ao presidente da Comissão de Administração Pública, deputado João Magalhães, e ao presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, deputado Hely Tarquínio: vamos acelerar a tramitação desse projeto.

E eu quero aqui, deputado Coronel Sandro, anunciar a V. Exa. e ao deputado Bruno Engler que eu já estou preparando um requerimento, sob a égide do art. 272, para pedir aprovação da tramitação desse projeto em regime de urgência. E vou buscar assinatura de todos os deputados – deputados e deputadas da base, do centro, da oposição, de todo mundo –, até porque aí a gente vai ter a noção exata de quem realmente quer que o projeto tramite em caráter de urgência ou quem quer ficar aguardando as falas e o resultado dos bastidores.

Eu vou deixar claro: se houver obstrução ao PL nº 1.205/2019, que trata de colocar o salário em dia do servidor, eu divulgarei nas minhas redes sociais. Para depois não falarem assim: “Mas você fez isso?”. Fiz e anunciei antes da tribuna da Assembleia.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira* – Presidente, nobres colegas, público presente, público que nos acompanha pela TV Assembleia, boa tarde. Presidente, eu quero conversar um pouco também sobre os projetos que tramitam aqui, na Casa, que tratam do chamado Plano de Recuperação Fiscal, ao qual Minas Gerais sinaliza o interesse em aderir. Nós fomos alertados, presidente, de que o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul e outros estados têm revisto as condições e os termos da adesão a esse plano pelo impacto que tem causado e pela incapacidade de cumprimento. Nós temos dito que o Plano de Recuperação Fiscal, no escopo do que ele propõe, a partir da lei federal, é, como se diz, a pegadinha do Malandro para os estados, extremamente permissivo.

Então a gente precisa fazer um debate muito cuidadoso. É claro que o governo tem toda a prerrogativa e o direito de apresentar um projeto que ele entende, ao olhar dele, que seja o projeto adequado para o reequilíbrio das contas. E o Poder Legislativo, eleito também pelo voto democrático do povo mineiro e escolhido para fazer a fiscalização e legislar em nome do povo mineiro, tem que analisar as matérias com muito cuidado, muito cuidado. Então eu aqui não tenho nenhuma indisposição em analisar qualquer projeto que seja, presidente, qualquer projeto que seja.

E olhe que, no governo Fernando Pimentel, algumas propostas para tentar achar equilíbrio fiscal e receita para o Estado foram apresentadas. O deputado Tadeu estava aqui na legislatura passada. É mentira, deputado Tadeu, que nós tentamos fazer aqui uma operação de venda de 49% das ações da Codemig, para, entre outras coisas, pagar em dia o servidor? E que, entre outras coisas, garantiu o 13º salário para os servidores? O deputado se lembra disso, outros colegas que estavam na legislatura passada se lembram.

Impressionante, deputado Professor Cleiton, é que alguns que agora buscam a celeridade para que votemos projetos nesse sentido – e vão contar com o nosso apoio, não tenham dúvida – não tiveram a disposição de, no passado, votar a favor da solução, porque eram contra o Pimentel. Não era o mérito da matéria, o problema era quem apresentava. É, o projeto da Codemig não é novo, ele foi apresentado no governo passado.

Então é importante que o servidor que está nos acompanhando saiba. É como se isso fosse tudo novo, estivesse começando agora; mas não, esse debate vem lá de trás. A proposta da venda de 49% das ações da Codemig buscava, deputado Zé Guilherme, ajudar a reorganizar a folha de pagamento e também a pagar o 13º salário. Se dependesse de nós, a situação dos servidores hoje seria diferente. Mas não tivemos dos colegas que hoje se comportam como base do governo a mesma sensibilidade lá atrás, porque eram oposição, e era o quanto pior melhor. Era para inviabilizar politicamente o Pimentel, para poder, quem sabe, derrotá-lo nas urnas com seus candidatos preferidos. O servidor pagou a conta, gente, dessa irresponsabilidade lá atrás.

Bem, o governo agora fala o seguinte: “Temos que votar a antecipação do recebível do nióbio”. *O.k.*, não temos grande divergência, senão seria uma incoerência da nossa parte. É evidente que nós queremos saber os termos dessa negociação. Queremos fazer o debate do prazo, queremos fazer o debate sobre se esse recurso será garantia, deputado Jean, da regularização da situação dos

servidores. Nós temos que brigar para que os servidores recebam em dia, como tentamos lá atrás, na operação que a oposição aqui impediu.

Temos de garantir que o 13º salário seja pago. Então, nós queremos saber se esse recurso estará vinculado a isso. Ora, se se trata de uma operação de capital, é provável que o recurso não possa ser aplicado diretamente para o pagamento da folha, mas pode ser aportado em fundo de previdência. Evidente que dá ao Estado uma margem, uma possibilidade de fazer um ajuste do equilíbrio nas suas contas.

Olhem a diferença de quem hoje sobe aqui, grita como se sempre defendesse esse tipo de proposta para ajudar o servidor, mas o que a história mostra lá atrás é completamente diferente. Completamente diferente. E nós manteremos a mesma posição. Lá atrás era a operação do nióbio em defesa do servidor, e será de novo a operação do nióbio em defesa do servidor.

Olhem só, é importante que os colegas saibam que é possível – é possível – que o Estado cumpra as suas obrigações com o servidor público, com a folha e com o 13º salário já com os recursos que tem em caixa. Nós temos falado aqui – não sei se a turma está prestando atenção, se a turma está prestando atenção – que este governo já conseguiu somar um superávit de arrecadação em torno de R\$7.000.000.000,00. Está amplamente noticiado. Então, dinheiro existe. Agora, você falou o seguinte: só dá para resolver a situação do servidor quando o negócio do nióbio for aprovado. Espere aí, há divergência. Nós temos divergência. É a questão do que você vai priorizar enquanto lógica de governo. O que é prioridade para o governo? Pagar o servidor? Pagar o 13º salário é a prioridade do governo? Então a operação do nióbio fica para um segundo momento, para acertar qualquer outra conta, se isso nós estamos entendendo que é a nossa prioridade.

E, por falar no nióbio, a Assembleia tinha de estar em cima para que o governo apresentasse o chamado encontro de contas, porque está na moda esse termo, tão desgastado, mas está na moda. Está se dizendo que Minas perdeu em torno de R\$5.000.000.000,00 de arrecadação com a extração do nióbio. São questionáveis os valores que foram repassados pelo Estado pela quantidade que teria sido extraída daquele lugar. Então, nós temos que conversar sobre isto também: espere aí, já existe uma operação do nióbio, uma operação que nós queremos aprovar, mas há um questionamento que pode nos dar em torno de R\$5.000.000.000,00 por alto, numa conta que foi feita e números apresentados na Comissão de Minas e Energia, inclusive com confirmação de membros do governo. Então, como é isso?

Então, existe divergência. Mas aí vamos agora estabelecer o limite do verdadeiro compromisso com os servidores. Nós temos. É engraçado quando alguém diz que o governador Fernando Pimentel mandou 25 projetos em regime de urgência. Foi escolha de governo, escolha política do governador Pimentel. Se o governador Zema não mandou, foi escolha política dele.

O deputado Sargento Rodrigues* – V. Exa. me concede um aparte?

O deputado Cristiano Silveira* – O deputado Guilherme solicitou um aparte, e depois passo para V. Exa. se o tempo assim o permitir. Eu preciso desenvolver o meu raciocínio, e ouvi V. Exa. pelos longos 15 minutos sem interromper. Concedo aparte ao deputado Guilherme da Cunha.

O deputado Guilherme da Cunha (em aparte)* – Boa tarde, deputado Cristiano. Agradeço pelo aparte, e quero fazer um breve esclarecimento. Foi dito que o governo tem agora uma arrecadação superior à despesa. Mas é importante a gente lembrar que isso só está sendo conseguido por força de medidas liminares concedidas no Supremo Tribunal Federal que estão suspendendo o pagamento da dívida de Minas com a União e que já fazem com que a gente tenha um passivo de aproximadamente R\$9.000.000.000,00 com a União, que pode ser cobrado a qualquer momento se essas liminares caírem. Então, a nossa situação segue muito precária, e a gente não pode contar vantagem no momento, dizendo que as contas estão em ordem, que as contas estão equilibradas. Só quero fazer esse pequeno esclarecimento de que, se hoje a situação do dia 30 de outubro é de uma arrecadação superior à despesa, é porque não está contabilizada na despesa essa dívida reconhecida e não paga com a União, que se aproxima de R\$9.000.000.000,00 apenas neste ano.

O deputado Cristiano Silveira* – Deputado Guilherme, dialogando com a sua informação, na verdade a suspensão de parte do pagamento da dívida já vinha ocorrendo desde o final do governo passado. Mas é importante a gente destacar também outros pontos. Há, sim, um aumento da arrecadação. Os dados, por exemplo, da arrecadação do IPVA são melhores do que os do último ano de 2015. E os dados também da execução orçamentária na saúde e na educação foram menores comparando-se o mesmo período. Bom, é o último dado, que nós recebemos da própria secretaria. Depois, pode ser atualizada a informação.

Então, é claro que o governo tem feito um esforço de economizar nos chamados gastos e tem tido uma melhora da receita, que tem sido notada. Mas eu vou insistir nesta tese de que o governo tem que definir o que, para ele, é prioridade. Se é prioridade acertar a vida com os servidores, se é prioridade pagar o 13º salário, eu creio que o governo já criou as condições para isso. Nós estamos finalizando outubro, vamos entrar no mês de novembro e dezembro. Esse é um ponto.

Segundo ponto, queremos saber se, realmente, Minas tem perdido dinheiro com a questão da extração do nióbio. Não são desprezíveis R\$5.000.000.000,00. Queremos saber esses números.

Aí, depois, temos aqui, deputado Guilherme, toda a disposição – as minhas entrevistas na imprensa nunca foram em sentido contrário – para debater e votar o projeto de antecipar os recebíveis. Sou contra a venda da Codemig. Vender 100% da Codemig sou contra, assim como vender a Cemig, assim como vender a Copasa – eu e boa parte do povo mineiro, segundo pesquisas feitas. Mas não sou contrário à operação, justamente, pelos motivos que apontei e pelo esforço que tentamos fazer lá atrás.

Agora, a oposição dizia muito para nós aqui: “Não vamos dar um cheque em branco para o Fernando Pimentel”. Queremos discutir, entender o projeto, inclusive apresentar emendas que possam melhorar a matéria, para que ela prospere e seja a melhor matéria possível. Isso é um pouco também do nosso entendimento. Eu sempre disse: não terá da nossa parte... Desde que não tenhamos que abrir mão daquilo que sempre foi convicção e coerência histórica nossa de postura, dito aqui, e enquanto prática de governo, não há interesse nenhum em sabotar e inviabilizar governo. Pelo contrário, os mais interessados em ajustar a vida do servidor público aqui somos nós. Foi por isso que, lá atrás, tentamos a operação dos 49% da Codemig, para que a gente pudesse, entre outras coisas, recompor a folha de pagamento.

Meus colegas deputados, a gente tem que tomar cuidado com algumas armadilhas que se criam. Dizer que determinada situação só poderá se efetivar em detrimento de uma situação política ou outra, como a votação, acho que não é justo, dadas as possibilidades que já temos estabelecidas, em minha opinião, para que se garanta a condição dos servidores receberem em dia e também o 13º salário.

Digo mais, temos que somar aqui, fazer coro em defesa dos trabalhadores da segurança. Temos que somar a esse importante acordo que está sendo construído, que recompõe as perdas dos trabalhadores da segurança, que é importantíssimo, merecido. E não só da segurança, dos demais servidores também do Estado de Minas Gerais, aqueles que também já estão, em tão longo prazo, igual ou maior, em condições talvez até mais precárias, sem ter o devido carinho e zelo por parte do governo. Então, é importante. Vamos defender aqui, vamos acompanhar o voto. Estaremos juntos na luta pelos trabalhadores da segurança, mas também vamos trazer as outras categorias. Ou não são importantes, deputado Jean, aqueles companheiros da saúde, que V. Exa. tanto defende? Não são importantes os servidores da assistência social? Não são importantes os servidores da educação? Não são importantes os servidores de várias áreas que compõem o governo? São importantes também, assim como os servidores da segurança. Então, esse vai ser o nosso esforço.

Quero dizer que lamento muito que tenha demorado, que o espírito da responsabilidade tenha chegado a alguns colegas somente agora. E se esse espírito estivesse...

Se, lá atrás, esse espírito tivesse se estabelecido em votações de projetos importantes que buscávamos para o reequilíbrio das contas de Minas Gerais, para dar a mínima condição de o governo garantir a sua viabilidade, inclusive ajustando com os servidores, nós teríamos, hoje, talvez uma situação diferente.

Não foi só isso, deputado Marquinho, o senhor não estava aqui. A operação da Codemig, muito questionada, com recursos apresentados em outras instâncias por deputados que compõem a oposição. Também a chamada operação da securitização, em que o governo à época fez um refinanciamento, recebeu em torno de um bilhão e pouco, à vista, pelo refinanciamento de dívidas passadas com o Estado – ele tinha em torno de R\$2.000.000.000,00 a R\$3.000.000.000 para receber em longo prazo. O que o governo queria fazer? Entregar esse recebível de longo prazo para instituições financeiras, por exemplo. É evidente que elas cobrariam o ágio por essa operação, mas aportaria um recurso à vista para que o Estado pudesse ter receita e honrar os seus compromissos. O que aconteceu? A oposição, à época, inviabilizou que isso fosse votado, inviabilizou que a gente conseguisse ir até o final e concluísse essa operação.

Então, é importante, especialmente os colegas que estão chegando hoje, conhecer um pouco do que foi a história do governo Fernando Pimentel e o que está sendo a história aqui, até para a gente ter parâmetro de comparação, porque você só vai conseguir fazer uma análise e criar um conceito que seja minimamente justo, se você tiver informação. O colega que aqui não estava não tem obrigação de saber, é evidente. Os que aqui estão sabem muito bem o que estou dizendo, porque se lembram. Mas, aos colegas que estão chegando, permitam-me contar um pouco disso. Não é justificando. Acho que aqui não estou buscando trazer justificativas, mas narrar os fatos da maneira como eles são, para que vocês saibam que lá atrás inviabilizaram procedimentos e operações que iam ajudar o governo a buscar o reequilíbrio, inclusive acertar as contas com os servidores. E é por isso, baseado nesse espírito do que tentamos fazer lá atrás e foi inviabilizado pela oposição, que hoje é governo aqui – não digo os deputados novatos, mas os que são governo aqui –, que vai contar com o nosso apoio, sim.

Vai contar com o nosso apoio, vai contar com o nosso debate, vai contar com a nossa reflexão. Nós sabemos o quanto isso é importante. Por isso, tentamos fazer isso lá atrás.

Então, deputado Guilherme, esse projeto que trata da antecipação do recebível, do nióbio, por parte do governo, não tem nenhum desejo, vontade ou atitude de obstrução por parte da bancada do Partido dos Trabalhadores. Mas é evidente que nós não negligenciaremos o bom debate, o zeloso debate sobre as circunstâncias do projeto, da mesma forma que você tem feito, de maneira brilhante, na Comissão de Constituição e Justiça, na análise dos projetos.

No momento oportuno da maturação desse processo, respeitado aquilo que é do tempo do governo, que é da contingência do servidor e que é também da autonomia do Poder Legislativo, teremos as condições de votá-lo e com as emendas pertinentes, se nós julgarmos necessário. Esta, Sr. Presidente, é a minha exposição, para que os colegas aqui façam uma reflexão sobre um pouco da história do que foi a legislatura passada e o que tem sido a legislatura atual.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire* – Boa tarde, Sr. Presidente, deputados aqui presentes, servidores públicos, público que nos acompanham aqui, nesta Casa, público que nos acompanha pela TV Assembleia.

Presidente, geralmente a gente prepara uma fala, um tema que julgamos ser mais importante, e, de repente, um colega sobe e faz um pronunciamento, e isso nos leva a mudar algum ponto da nossa fala. Eu subi aqui, hoje, para falar de um tema. Para mim, não importa se duraria 2 minutos, 3 minutos, 1 minuto ou os meus 15 minutos, mas eu queria falar de um tema. Todavia, as falas que me antecederam levaram-me a também tirar um pouco desse meu tempo para fazer uma reflexão.

Hoje, sentado ao lado do Professor Cleiton, eu vi alguém chegar e dizer assim: “O Plenário está cheio hoje”. Aí eu refleti sobre quantos colegas estão aqui, hoje. Não sei quantos estão em comissão. Coronel Henrique, com muita verdade, independente de posições ideológicas, eu sempre falo: ninguém aqui sabe mais que ninguém. Nós sabemos coisas diferentes, e cada um pode contribuir com aquilo que sabe. O que não dá para aceitar – e fazendo coro com deputados que já me aconteceram – é o nosso salário bater todo dia, certo, na nossa conta. É não estar atrasado o nosso salário. É não estar atrasado, provavelmente, o salário dos

secretários. Eu quero fazer coro com isso. Mas o do servidor está atrasado. Alguma saída nós temos que encontrar. Alguma situação nós temos que encontrar.

Imaginem, vocês, nobres colegas, 77 cabeças aqui, qual a colaboração que nós podemos dar. Ainda ontem, o Professor Cleiton me chamou para discutir um projeto de lei, uma emenda. Hoje, nós dois já dialogamos sobre outra. Todas elas visando a que o Estado arrecade mais; todas elas visando a que, lá na ponta, o servidor tenha o seu salário em dia, porque não é justo isso. Se todos nós fizéssemos essa reflexão, ou seja, se é correto, realmente, Sargento Rodrigues, o servidor receber parcelado, se é correto o servidor não receber o 13º salário e nós estarmos com tudo em dia... Dessa forma, eu acho que o esforço de todos vai para um caminho só.

É isso que eu quero... Já entrando no outro tema, quero parabenizar os servidores públicos, aquele que serve realmente. Como a palavra diz, servidor está para servir as pessoas. Também nós, parlamentares, detentores de cargos públicos, eleitos ou não, estamos para servir o povo. Então, acho que a nossa função tem que ser todas essas juntas, independentemente de posição ou de cores partidárias.

Sr. Presidente, o que me traz aqui hoje... Como o deputado Virgílio falou do Norte aqui... Geralmente, quando o deputado Jean sobe aqui, podem esperar que as palavras “Jequitinhonha” e “Mucuri” vão sair desta boca. Podem esperar. Por que, Sr. Presidente, hoje faço uso desta tribuna?

Na segunda-feira, como faço todas as segundas, vindo para cá, algo me chamou a atenção ao passar numa comunidade que se chama Acauã, em Leme do Prado. Talvez muitos aqui nunca ouviram falar nessa comunidade. Talvez muitos aqui já passaram por lá. Ela pertence a Leme do Prado, onde há, inclusive, a Epamig, um posto da Epamig – lá, em Acauã, descendo em direção ao Médio Jequitinhonha. Chamou-me a atenção, vindo para cá, uma fumaça imensa em Acauã.

Há dias recebi um telefonema do povo de Chapada do Norte dizendo que um incêndio estava acontecendo ali, em Chapada do Norte. Parei agora em Acauã e, mais uma vez... Digo “mais uma vez”, porque isso tem ocorrido de maneira repetida. Todo ano se pode esperar um incêndio naquela comunidade. Trata-se aqui de uma reserva, de uma reserva ecológica. Aquela região que foi destruída – a fauna e a flora foram destruídas pela plantação de eucalipto –, aquela região, onde a vida inteira passamos discutindo a questão da água, continua, mais uma vez, não tendo o olhar para lá.

Sr. Presidente, desde segunda-feira, nós estamos tentando conseguir um trator de esteira que eles estão pedindo para fazer um aceiro; um trator de esteira, e não conseguem. As pessoas que têm trator particular não querem fazê-lo, segundo informações que tive, porque lá atrás, quando o fizeram, a Vale, que deveria pagar pelo crime que cometeu, demorou a pagar para colocar esse trator de esteira.

Na segunda-feira, quando passei lá, estavam os brigadistas. Quero aqui deixar os meus parabéns e o meu reconhecimento pelo trabalho que os brigadistas da região estavam fazendo – o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar. Hoje, por sinal, está no comando a Maj. Renata. Algo me chamou a atenção ao falar com ela hoje por telefone. Lembrei-me da bombeira Karla, que fez aquela manobra em Brumadinho. Muito fico feliz quando vejo mulheres à frente dessas missões. Hoje estava a Maj. Karla à frente dessa missão em Acauã. Pela manhã, consegui falar com o secretário Germano e consegui falar com o Reginaldo, prefeito de Leme do Prado. Desde as 6 horas da manhã, o meu telefone já estava tocando.

O que quero aqui, deputado Guilherme... Dirijo-me agora a V. Exa., deputado Guilherme, como vice-líder do governo. Nós estamos, neste momento, tendo uma das maiores reservas da nossa região destruída pelo incêndio; desde segunda-feira, destruída pelo incêndio. Desde segunda-feira, estão pedindo aviões pelos quais a Vale deveria estar pagando. A resposta que recebi hoje é da dificuldade desses aviões irem para lá. Eu lhes pergunto, caros colegas, que representam outras regiões do Estado: se esse incêndio fosse num parque perto de Belo Horizonte, será que o governo já estava com todo o seu arsenal lá para combatê-lo? Se esse incêndio fosse no Vale do Aço, será que o governo já estava lá para combatê-lo?

Mas não, esse incêndio é em uma região de que eles simplesmente – isso, a vida inteira – sabem falar: “Que região linda!”, “Que artesanato bonito!”, “Olhem, como eu gosto de ir para essa região!”, “Olhem, que povo hospitaleiro!”. Mas agora eu estou clamando por socorro. A Reserva de Acauã pede socorro. Ela está queimando. Na década de 1970, destruíram aquela região com plantio de eucalipto prometendo que o progresso estava chegando. Agora que a reserva está queimando, cadê as empresas de eucalipto para ir lá dar socorro? Cadê essas empresas?

Aquela é uma região importante, uma região que protege nascentes. Eu não sei quem do governo está me escutando agora. Eu estou, desde segunda-feira, desde segunda-feira, usando meu celular, ligando para todos que eu posso, ligando para todos para pedir socorro. Eu, na minha fala, quero que vocês e quem está me ouvindo sintam como se fossem cada morador, cada moradora daquela região usando aqui esta tribuna, pedindo mais uma vez socorro.

Quem sabe, imprensa que aqui me escuta, se amanhã sair no jornal *O Tempo*, em qualquer jornal, eles vão ter o olhar para lá? Peço também à imprensa socorro. Nós, do Vale do Jequitinhonha, do Vale do Mucuri, não aguentamos mais sermos lembrados como a região da pobreza, como a região da miséria. Eu costumo dizer, deputado João Vítor, que ontem fez uma fala belíssima aqui neste Plenário: miserável e pobre é a cabeça de quem pensa que o vale é pobre. É inacreditável, é inaceitável que a região com o maior plantio de eucalipto da América Latina esteja agora vendo sua reserva ecológica morrer; é inaceitável que a região com a maior riqueza de lítio deste país – 85% do lítio – esteja vendo sua reserva ecológica morrer. Não dá para aceitar mais isso, é impossível aceitar isso.

Ontem, quando o deputado João Vítor estava falando e avisando mais uma vez sobre a possibilidade de faltar água em Belo Horizonte, eu me lembrava, deputado, de que venho falando isso desde o primeiro mandato. O Rio Araçuaí está morrendo, e a morte dessa reserva pode ajudar a matar mais rápido o Rio Araçuaí; o Rio Fanado vai ser chamado de finado daqui a pouco; o Rio Gravatá está morrendo; o Piauí já não existe basicamente. No Jequitinhonha, o que você está prevendo para Belo Horizonte, nós já vivemos há décadas; nem as emendas de participação popular que seriam, muitas delas, para o convívio com a seca, para ajuda nesse combate foram pagas até hoje. E muitas são dali, dessa região em torno da Reserva de Acauã.

Por último, Sr. Presidente – e para reforçar, para enfatizar mais ainda –, peço a todos os colegas deputados, independentemente da sigla de vocês: peguem o celular agora, liguem para qualquer órgão do governo e avisem que desde segunda-feira – e acho um absurdo a gente ter que avisar isso, pois deveria ser algo normal dentro de qualquer governo –, desde segunda-feira, uma das maiores reservas ecológicas dessa região tão sofrida que é o Vale do Jequitinhonha e que só serve para ser lembrada em época de eleição... Olhem, se fosse época de eleição, você ia ver avião e helicóptero passar para lá e para cá, como nunca vi igual. Agora, neste momento, estamos clamando, porque existem aviões que podem combater o fogo. Eu liguei, antes da minha fala, para ter certeza. Hoje, o fogo está quatro vezes mais do que segunda-feira.

Então, eu peço aos nobres colegas, aos líderes de bancada, a quem é votado lá – em época de eleição, aparece um monte, mas agora, quando estão precisando não aparecem –, a todos os colegas que façam vídeo, liguem.

A Reserva de Acauã, repito, está morrendo e pede socorro. Todo ano é uma queimada. Todo ano é esse sofrimento. Meu muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Bruno Engler – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, deputados que nos acompanham e todos aqueles que nos assistem. Antes de começar meu discurso, Sr. Presidente, gostaria de conceder aparte ao deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Obrigado, deputado Bruno Engler. Agradeço a V. Exa., que tem acompanhado nossa luta junto ao governo na busca da regularização do pagamento integral no quinto dia útil e do 13º salário. Primeiro porque é uma questão de direito, de direito. E é justo. O cidadão que trabalha tem de receber o seu salário no final do mês.

Infelizmente, o deputado ao qual eu pedi aparte por duas vezes não teve a coragem de enfrentar o contraditório, deputado Osvaldo Lopes, como fiz quando concedi aparte aqui ao deputado Virgílio Guimarães, do PT. Talvez ele não gostaria de ouvir o que este deputado tinha para falar. Pedi a nossa assessoria da Mesa para levantar o projeto que ele dizia ser a mesma coisa da Codemig. Antes disso, ouvi o deputado falar aqui que nunca me viu defender servidor público. Minha história no Parlamento, a minha chegada no Parlamento, deputado Cleitinho Azevedo, foi na defesa do servidor público. Eu sou fruto de uma greve da Polícia Militar, greve esse da qual eu era um dos líderes. Em pós-greve, fui eleito na defesa dos salários dos servidores da segurança pública. De lá para cá, de 1997 para cá, foram seis eleições. Em todas elas fui eleito por servidores públicos. Muitos deles são servidores aqui da própria Assembleia, que votaram neste deputado porque entenderam que eu tinha as qualidades e a qualificação para representá-los.

Mas eu quero aqui, deputado Bruno Engler, trazer ao conhecimento de V. Exa., do deputado Coronel Sandro e dos demais colegas deputados que o que o governo do deputado que aqui não me permitiu um aparte fazia no governo era muito diferente. Eu não sou deputado da base deste governo. É a primeira coisa que quero deixar clara. Minha preocupação, deputado João Vítor Xavier, é com os servidores públicos. Vou repetir aqui quantas vezes forem necessárias que não é salário de deputados que está parcelado. Não é de desembargador, de juiz, de procurador, de promotor, de conselheiro. Nenhum deles está recebendo parcelado há quatro anos. Imaginem, imaginem o que é uma família com salário parcelado! Como vive essa família?

Vi o deputado que me antecedeu dizer que fará emendas. Não foi isso que nós fizemos no projeto da educação. Ao projeto que dizia da reposição dos salários dos profissionais da educação não fizemos emenda, não atrapalhamos sua tramitação por duas vezes. Diferentemente, nós vimos aqui o governo do PT meter a mão em R\$6.000.000.000,00 dos particulares. Nós ajudamos a votar Refis. Foram R\$14.000.000.000,00 arrecadados pelo governo do PT. Nós também ajudamos, como deputado da oposição, diferentemente do que ele falou. Só que ele não queria ouvir o contraditório.

Agora, dizer que no PL nº 4.996, em sua fundamentação que está aqui, há alguma coisa para pagar salário do servidor... Esse é o projeto do governador Fernando Pimentel em 2018.

Muito pelo contrário, deputado Cleitinho Azevedo, queria era botar a mão no dinheiro para fazer campanha, escancaradamente, e, aí, é óbvio que nós não podíamos deixar. Nós, da oposição, os bravos e poucos deputados da oposição, não poderíamos deixar, deputado João Vítor. Não poderíamos!

Para quem não sabe, eu estive lá, na semana retrasada, com o conselheiro Doutor Viana. Fui conversar com ele para saber qual era o problema nesse projeto do governo, e ele me disse, claramente: “Deputado Sargento Rodrigues, no governo passado, eu oficiei, ameacei multar, e os secretários do governo Pimentel vieram aqui e não conseguiram explicar para que era o projeto. Não conseguiram explicar para que era o projeto, mas eles queriam botar a mão. Uma pena que o deputado, ainda com ar de sarcasmo e ironia, disse que não ia ficar aqui. Sabe por que nós não deixamos? Porque não íamos deixar um chefe de quadrilha, como era o Pimentel. A maioria dos seus secretários estavam todos enrolados na Operação Acrônimo. Se algum deputado desta Casa quiser cópia da Operação Acrônimo, ela está lá no meu gabinete, e vocês vão conhecer os cinco inquéritos em que boa parte do secretariado do Pimentel está enrolada na Operação Acrônimo. Então nós não íamos deixar que o Pimentel vendesse esses ativos, e sabem para quê? Para se manter no poder a qualquer preço e a qualquer custo. Não, e eu fui um dos que obstruíram. Em momento algum, nenhum projeto de Pimentel tinha, na mensagem, a fundamentação que seria para pagar servidores. Nenhum deles tinha.

Então, deputado Bruno Engler, eu quero agradecer a V. Exa. porque entendi que, em que pese o deputado não ter tido a coragem de enfrentar o contraditório, como concedi um aparte ao deputado Virgílio Guimarães, talvez tenha sido porque ele não queria ouvir isso. Ele não queria ouvir que eu chamei o Pimentel de bandido, de ladrão e de chefe de quadrilha, e continuo chamando: ladrão, bandido, chefe de quadrilha.

Digo isso, caso ele tenha dúvida quanto ao meu posicionamento. Agora qualquer deputado que obstruir o PL nº 1.205 pode ter certeza de que eu estarei nas redes sociais, porque o servidor não aguenta mais, deputado Cleitinho Azevedo.

Não aguenta mais parcelarem o salário dele. Muito obrigado, presidente.

O deputado Bruno Engler – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Não estive aqui, na legislatura passada, mas, como cidadão, achava ridículo o governo terrorista Fernando Pimentel envolvido em diversos escândalos de corrupção.

Sr. Presidente, eu ainda tenho 2min30s, e, de maneira muito breve, já que meu tempo está próximo do fim, eu gostaria de abordar o absurdo que foi veiculado ontem pela TV Globo, pela família Marinho, no *Jornal Nacional*, tentando, de maneira canalha, vincular o nome do presidente ao assassinato da então vereadora Marielle Franco. Uma história sem pé nem cabeça, em que supostamente o presidente atendeu o interfone, no Rio de Janeiro, no mesmo horário em que ele estava em Brasília, votando. De que o Bolsonaro era um super-herói, eu tinha suspeita, mas que ele era *The Flash*, eu aprendi ontem. O cara sair da Barra da Tijuca para votar meia-hora depois, em Brasília, ele tem que ser sobre-humano porque nem de avião você chega.

Enfim, uma matéria ridícula, tendenciosa, canalha, que só mostra o viés dessa rede de televisão porca, que não aceita que perdeu os contratos de publicidade do governo, e que não aceita que vai enfrentar, sim, dificuldades para renovar a concessão porque não vai ter privilégios. Se não apresentar todas as certidões necessárias, a concessão não vai ser renovada. Eles estão desesperados e por isso fazem esse tipo de ataque. Onde é que estava a dona Rede Globo quando o Marcos Valério indicou Lula como mandante do assassinato de Celso Daniel? Estava fazendo alarde? Não estava. Estava quietinha, na dela. E agora quer vir com essa história idiota, tentando manchar a reputação do presidente, com evento com o qual nada teve relação.

Ora, façam um exercício de raciocínio: o ano é 2018, Jair Bolsonaro pré-candidato à Presidência da República com grande chance de vitória. Por que ele se envolveria no assassinato de uma vereadora desconhecida do Rio de Janeiro? Ninguém no Brasil sabia quem era Marielle Franco antes da sua execução. Eu não sabia, e a grande maioria dos brasileiros não sabiam. Ela ganhou repercussão e se tornou símbolo devido ao ato brutal que fizeram contra ela. Não faz sentido! Tem que ser muito idiota para acreditar numa história dessa, porque, se a pessoa for pouco idiota, ela não engole essa balela! É uma vergonha o que a Rede Globo tenta fazer com a nossa política e com o nosso país. Mas a população não vai mais cair nas lorotas dos canalhas da família Marinho. Globo lixo!

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão* – Presidente, deputados e deputadas, eu vou, novamente, até porque alguns deputados já falaram na questão de ordem, tratar do mesmo assunto. É muito importante, e acho que nós, deputados e deputadas, temos o dever, o dever de explicar à população os ritos e procedimentos legislativos. Aqui não há deputado nem deputada, tenho certeza, que não queira equacionar o pagamento do 13º salário dos servidores e servidoras. Não existe. Não é questão de tecnicismo, mas é uma questão de regimento. Um projeto, para chegar ao Plenário, passa por comissões, tem pareceres, são apresentadas emendas. Confesso que não estou entendendo esse clima beligerante e artificial. Porque não há nenhuma bancada que se colocou em obstrução. Pelo contrário, todas as reuniões de líderes são convergentes no sentido de definir projetos prioritários a serem votados até o final do ano. O próprio governo falou que consegue fazer a operação em 10 dias, 2 semanas – parece-me que secretário de Planejamento mencionou.

Os projetos convergentes. Eu vou aqui novamente relatar. Nós já tivemos um, que é o fundo de segurança, aprovado em 1º e 2º turnos; temos o Fundo Estadual do Trabalho e Emprego, para gerenciar recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador; nós estamos aguardando uma reunião, que o líder do bloco de governo, deputado Gustavo Valadares, ficou de agendar com representantes do governo, para buscarmos uma forma de vincular o recurso do FEM às suas reais necessidades e objetivos, o Fundo de Erradicação da Miséria. O que estaremos votando é um projeto que prorroga a alíquota adicional sobre uma lista de produtos supérfluos de 2%. Isso gera R\$650.000.000,00 para o Estado. Só que o Estado não gasta o recurso com os objetivos do Fundo de Erradicação da Miséria.

Então, não há oposição, pelo menos por parte nossa. Aliás, parece-me que a oposição, nesse caso, é de uma corrente ultraliberal existente aqui, na Assembleia. Não é o nosso caso, no nosso caso defendemos o Estado de bem-estar social.

A outra proposta de antecipação de recebíveis é uma proposta passível de ser discutida e aprovada. Não há obstrução. Hoje, eu perguntei para vários deputados aqui: vocês estão falando de obstrução. O projeto não está no Plenário. Vamos convocar os servidores para ocupar as galerias. Eu queria avisar os servidores.

O projeto ainda está na Comissão de Administração Pública; depois, vai para a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Então, vamos encher aqui as galerias. É muito bom encher galeria. É sempre bom os servidores e as servidoras acompanharem os trabalhos da Assembleia. São sempre muito bem-vindos. O projeto não está em pauta aqui, na terça-feira, por um motivo simples: ele acabou de passar na Comissão de Constituição e Justiça. Temos a obrigação... Vou repetir aqui: quem cria uma falsa expectativa está atirando no próprio pé, no pé da Assembleia, porque foi agora que a Assembleia acabou de receber os projetos do governo. Se o governo tinha tanta urgência, porque não encaminhou o projeto em setembro, em agosto, em julho, em junho, em maio? Encaminhou no final de outubro, no meio de outubro. Então, cria-se um clima. Fico impressionado.

Não é por outro motivo que o Poder Legislativo, muitas vezes, injustamente, paga um preço, porque os próprios integrantes do Poder Legislativo trazem para ele uma responsabilidade que não é dele. O governo Zema apresentou uma proposta de reforma administrativa, e todos nós, aqui, deputados e deputadas, aprofundamos a proposta, ampliamos a economia. O governo agora encaminhou um pacote de projetos e, juntamente com o governo, identificamos aqueles que poderiam ser aprovados até o final do ano, inclusive antecipação de recebíveis. Quem fez o questionamento de oito ou nove itens relevantes sobre esclarecimentos dessa operação foi o Tribunal de Contas do Estado, fundado numa ação, do ano passado, que a atual base do governador Zema apresentou contra o governo Pimentel. Então, sinceramente, não estou entendendo.

Vou repetir, agora até ser racional... Agora somos acusados de sermos educados, pedagógicos. Imaginem, eu, nessa idade, ter de ouvir uma coisa dessa aqui, na Assembleia! Você se dirigir com educação, com racionalidade, num tom pedagógico – não de prepotência ou arrogância, mas de colocar os elementos para reflexão e sofrer críticas. Agora o grito, a intolerância é que resolve. Não sou desses ou daqueles que acreditam que é nesse tom que a gente fortalece a democracia, sinceramente.

Vou repetir: quanto mais convergência tivermos, mais resultados teremos, objetivos para o Estado de Minas Gerais. Cada um aqui pode fazer a sua média com a sua categoria, onde tem voto. Mas aqui ninguém pode querer ser mais realista que o rei, defender mais um projeto, artificialmente, criando, deputado Virgílio, uma polêmica artificial. Cria-se uma polêmica artificial para valorizar a sua defesa corporativa. É justa a defesa corporativa. O deputado Virgílio, hoje, fez um dos mais belos discursos, aqui, desta legislatura, fazendo uma defesa regional importantíssima, de uma região importantíssima. Muitas vezes, nós defendemos aqui determinadas políticas públicas. Eu defendo muito a assistência social, por exemplo. Existem aqui deputados que têm forte presença no meio dos professores, dos militares. Isso faz parte da democracia. Agora isso não pode significar divisão, pelo contrário, tem que ser articulação para a aprovação dos projetos. Não acredito que haja deputado ou deputada aqui, na Assembleia, que não queira aprovar recursos para pagar 13º salário, pelo contrário. O que o nosso deputado Cristiano levantou é como a gente amarrar isso bem no projeto, porque, quando aparece um recurso no caixa único do Estado, as pressões, em face das dívidas que o Estado tem, são muitas.

Você garantir, no projeto de lei, um antídoto para que o custeio da Codemge e da Codemig, nos próximos governos, não seja prejudicado, é uma preocupação republicana que todo deputado e deputada deve ter. Isso não significa não querer votar o projeto ou obstruí-lo. Será que agora ter massa crítica, exercer o papel de representação, aperfeiçoando, aprimorando o projeto, isso é ser contra o servidor? Nós não podemos aceitar trazer isso para a Assembleia.

Nós acabamos de receber os projetos. Não há ninguém obstruindo, porém a Assembleia tem os seus ritos. As comissões querem apreciar os projetos, querem fazer os seus estudos. Isso faz parte do funcionamento do Legislativo. Eu tenho muito medo daqueles que defendem a ideia de se ganharem as coisas no grito. Não dá para ganhar no grito, tem que ganhar é no convencimento. Isso aqui é democracia.

Então, eu queria fazer esse alerta novamente para toda Minas Gerais. Antecipar recebíveis é uma alternativa importante, mas tem que sair da Assembleia, com todos os cuidados possíveis para não comprometer governos futuros, nenhuma fonte de receita permanente, que hoje gera de R\$800.000.000,00 a R\$1.000.000.000,00 por ano, limpos. Então, é uma fonte importante, estratégica, porque a gente não pode também simplesmente falar: tem que pagar o 13º salário. Vamos fazer qualquer coisa? Não! Vamos fazer a melhor coisa para pagar o 13º salário e, além de pagá-lo, contribuir para outras frentes que porventura o Estado tiver, não só agora, mas nos próximos anos.

Quero agradecer. Usei a palavra como líder para não deixar nenhuma dúvida. Não há obstrução nesta Casa. Querem criar tempestade em copo d'água. Isso é um erro.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 29/10/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 4/11/2019, Ludmila Silva Rodrigues, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fernando Pacheco;

exonerando Marina Rabelo Vieira, padrão VL-25, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Osvaldo Lopes;

exonerando Paula Carmo Figueiredo, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doorgal Andrada;

exonerando Pedro Pinto Coelho Júnior, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Ana Flávia de Souza Lima, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar;

nomeando Andressa Lorena Silva Melo, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Bloco Minas Tem História;

nomeando Cesar Augusto Gonçalves, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Verônica Luisa Nogueira Soares, padrão VL-25, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Osvaldo Lopes;

nomeando Wesley Natal Goddard Borges, padrão VL-24, 4 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais.



ERRATAS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 99ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/10/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 1º/11/2019, na pág. 29, onde se lê:

“O deputado Guilherme da Cunha*”, leia-se:

“O deputado Guilherme da Cunha (em aparte)*”;

na mesma página, onde se lê:

“O deputado Cleitinho Azevedo*”, leia-se:

“O deputado Cleitinho Azevedo (em aparte)*”;

e, na pág. 31, onde se lê:

“A deputada Andréia de Jesus”, leia-se:

“A deputada Andréia de Jesus (em aparte)”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 1º/11/2019, na pág. 40, onde se lê:

“Helder Fernandes da Silva”, leia-se:

“Helder Fernandes Silva”.